



TTERENA
Advocacia | Assessoria Jurídica



EXCELENTÍSSIMO(A) JUIZ(A) FEDERAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS -
SJAM

Litígio estrutural climático

ASSOCIAÇÃO DO POVO INDÍGENA TENHARIM MOROGITÁ (APITEM) inscrita no CNPJ sob o nº. 01.427.850/0001-33, com sede na Rodovia BR 230, Km 123, s/n, Aldeia Marmelo, CEP 69.800-000, Zona Rural, na Cidade de Humaitá, Estado do Amazonas, neste ato representada por sua diretora, Daiane Tenharim, portadora do RG 2842609-6 SSP/AM, vem respeitosamente à presença de vossa excelência, por meio de seu subscritor com fundamento nos artigos **231, 232, 225 da Constituição Federal**, art. 01º inc. III, art. 5, inc. III, alínea “e” e nos **artigos 3º, inciso VI, 5º, 6º, 10 e 12, §§ 2º e 5º, da Resolução nº 454, de 22 de abril de 2022, do Conselho Nacional de Justiça**, que reconhece a importância da participação de povos e organizações indígenas no sistema de justiça.

AÇÃO CIVIL PÚBLICA

com pedido de tutela antecipada e pedido de obrigação de fazer

Em face da **UNIÃO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 02.961.362/0001-74, com endereço para citações e intimações na Procuradoria da União no Distrito Federal, órgão da Advocacia-Geral da União, situada na Esplanada dos Ministérios, Bloco A, Parte A, Brasília/DF, CEP 70050-902; do **INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS — IBAMA**, autarquia federal, com endereço para citações e intimações na Superintendência Regional em Brasília, situada na SCEN Trecho 2, Edifício Sede, L4 Norte, Brasília/DF, CEP 70818-900; da **FUNDAÇÃO**



TTERENA
Advocacia | Assessoria Jurídica



NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS – FUNAI, fundação de direito público vinculada ao Ministério da Justiça, com sede administrativa na Coordenação Regional em Brasília, localizada no Edifício Parque Cidade Corporate, Setor Comercial Sul, Quadra 9, Torre B, CEP 70308-200, Brasília/DF; e do **ESTADO DO AMAZONAS**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 04.122.444/0001-04, representado pela Procuradoria-Geral do Estado do Amazonas, podendo ser citado na sede administrativa do Estado em Brasília, situada no Setor de Clubes Esportivos Sul, Trecho 2, Lote 2, Brasília/DF, CEP 70200-971.

I - DO OBJETO DA DEMANDA

I.A) - Do objeto da demanda

1. A presente ação tem por objeto a condenação dos requeridos à adoção de medidas estruturais e permanentes para a **desintrusão da Terra Indígena Tenharim Marmelos**, em especial da Gleba B, alvo de invasões, desmatamento, exploração madeireira e especulação minerária. Busca-se, de forma central, enfrentar o desmatamento e a degradação ambiental que incidem sobre o território, assegurando a proteção do meio ambiente, a garantia da justiça climática e a efetividade dos direitos constitucionais do povo Tenharim, nos termos dos arts. 231 e 225 da Constituição Federal.
2. Trata-se de litígio climático de natureza estrutural, que demanda do Estado não apenas medidas repressivas imediatas, mas a formulação e execução de um plano abrangente de proteção territorial, com mecanismos de fiscalização, segurança e prevenção de novos ilícitos ambientais, climáticos e fundiários. Além de adotar providências para salvaguardar direitos sobre requerimentos minerários que afetem a terra indígena, por fim garantir a integridade física, cultural e ambiental do território que presta um serviço ecossistêmico para toda sociedade.

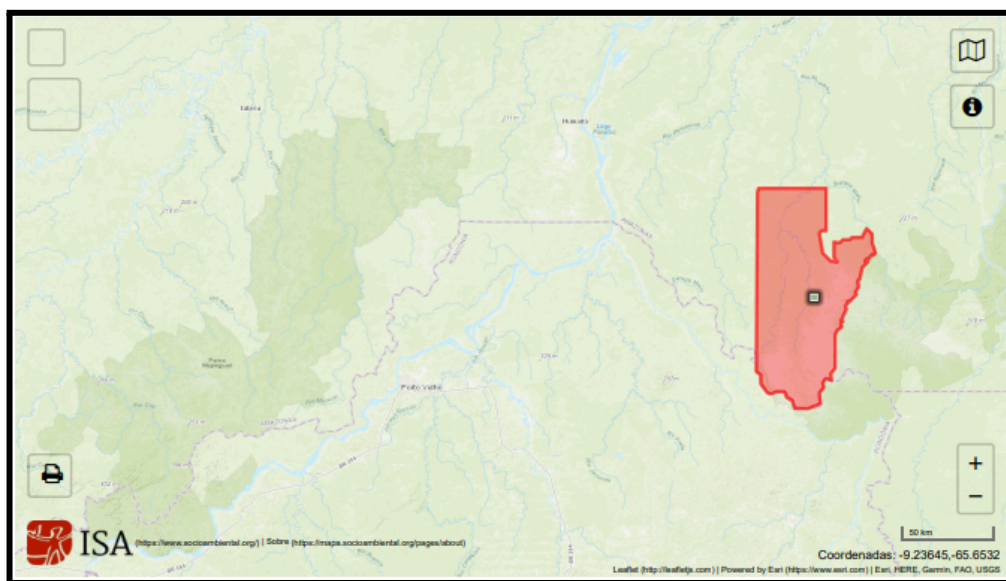


TERRA
Advocacia | Assessoria Jurídica



II - DOS FATOS

3. O Povo Indígena Tenharim, autodenominado Kagwahiva, habita tradicionalmente o território conhecido como Terra Indígena Tenharim Marmelos, localizado entre os municípios de Humaitá e Manicoré, no sul do Estado do Amazonas. Trata-se de área homologada e reconhecida pela União, atualmente dividida em duas glebas: a Gleba A, com predominância do bioma “Campos Amazônicos” (savana amazônica), e a Gleba B, formada majoritariamente por floresta ombrófila densa. O território, de aproximadamente 974.000 hectares, é banhado pelo Rio Marmelos e integra a Bacia do Rio Madeira, constituindo um patrimônio ambiental, cultural e social de inestimável relevância¹.



(INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL – ISA. Terra Indígena Tenharim/Marmelos. Mapa interativo. Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/3869>. Acesso em: 18 set. 2025.)

4. A população atual é de cerca de **770 pessoas**, distribuídas em 12 aldeias, situadas na Gleba A e B, onde os Tenharim mantêm suas práticas tradicionais de caça, pesca, coleta, agricultura de subsistência e cultivo itinerante. Ainda que seu modo de vida esteja enraizado em práticas culturais milenares, o povo tem sido forçado a conviver com pressões econômicas e sociais

¹ APITEM - Associação do Povo Indígena Tenharim Morogitá; AAI - Agentes Ambientais Indígenas da Terra Indígena Tenharim Marmelos. Plano de Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena Tenharim-Marmelos. 2024



TIERENA
Advocacia | Assessoria Jurídica



- externas, muitas vezes decorrentes de atividades ilícitas, como a exploração madeireira, a mineração ilegal, a grilagem de terras e o avanço da fronteira agrícola².
5. Historicamente, os Tenharim sofreram violações graves desde a abertura da Rodovia Transamazônica (BR-230) durante a ditadura militar, ocasião em que cemitérios foram destruídos, houve dispersão forçada da população indígena, além de violências físicas e simbólicas que marcaram a memória coletiva do grupo. O Tribunal Regional Federal da 1ª Região já reconheceu tais violações no processo nº 0000243-88.2014.4.01.3200, condenando a **União** e a **FUNAI** a reparação dos danos causados³.
 6. Não obstante o reconhecimento jurídico de violações durante a Transamazônica, a omissão estatal persiste. A Terra Indígena Tenharim Marmelos, em especial a Gleba B, continua a sofrer invasões recorrentes, que se intensificaram na última década. A expansão da fronteira agrícola e da pecuária, particularmente a partir do distrito de Santo Antônio do Matupi (Km 180), consolidou-se como um dos principais vetores de destruição. Essa localidade, que concentra praticamente todo o rebanho bovino do município de Manicoré, cresceu exponencialmente desde os anos 2000, passando de 12.800 cabeças de gado em 2004 para 115 mil em 2018, o que alimentou o desmatamento ilegal dentro da Terra Indígena, com abertura de lotes, instalação de famílias invasoras e uso de queimadas criminosas⁴.
 7. A pressão também se manifesta por meio do desmatamento ilegal. Santo Antônio do Matupi já foi considerada a região com maior número de serrarias por habitante do Brasil. Ainda que o

² APITEM - Associação do Povo Indígena Tenharim Morogitá; AAI - Agentes Ambientais Indígenas da Terra Indígena Tenharim Marmelos. Plano de Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena Tenharim-Marmelos. 2024

³ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DEFESA DOS POVOS INDÍGENAS – ANAIND. TRF1 mantém condenação da União e Funai ao pagamento por danos a povos indígenas em obra da ditadura militar. Disponível em: <https://anaind.org.br/noticias/trf1-mantem-condenacao-da-uniao-e-funai-ao-pagamento-de-r-10-milhoes-por-danos-a-povos-indigenas-em-obra-da-ditadura-militar/>. Acesso em: 18 set. 2025.

⁴ SÁ, Fernanda Wenzel, Marcio Isensee e, 2020. Depois da madeira vem o gado: o desmatamento em Santo Antônio do Matupi. ((o))eco. Online. 4 de fevereiro de 2020. Disponível em: <https://oeco.org.br/reportagens/depois-da-madeira-vem-o-gado-o-desmatamento-em-santo-antonio-do-matupi/> [Acessado em 18 de setembro de 2025].



setor tenha sofrido retração formal, agentes madeireiros permanecem ativos, operando inclusive dentro da Terra Indígena Tenharim Marmelos.

8. Ressalte-se que as invasões verificadas na Gleba B da Terra Indígena Tenharim Marmelos, por vezes, vêm acompanhadas da emissão de licenças de exploração florestal ou agropecuária por parte de órgãos estaduais, especialmente sem a devida observância aos direitos dos povos indígenas. Tais autorizações, concedidas à revelia da consulta prévia, livre e informada, violam não apenas o ordenamento constitucional, como também os princípios que regem a administração pública, notadamente os da legalidade, finalidade e moralidade administrativa (CF, art. 37, caput).
9. Diante da gravidade desses atos e de sua repercussão direta sobre o território indígena, justifica-se a inclusão do Estado do Amazonas no polo passivo da presente ação, a fim de que responda solidariamente pelos efeitos de sua omissão e pelos atos administrativos indevidamente praticados.
10. A mineração ilegal, notadamente o garimpo de ouro, constitui outra grave ameaça ao território. Há registros de exploração clandestina, especialmente na Gleba A, com degradação de florestas, contaminação de cursos d'água e uso de mercúrio. Essas atividades, sustentadas por redes criminosas, frequentemente contam com apoio político e econômico local. Relatórios recentes apontam que áreas equivalentes a mais de 120 campos de futebol já foram degradadas pela mineração ilegal no entorno da Terra Indígena, refletindo um cenário de descontrole ambiental⁵.
11. As invasões organizadas e a grilagem de terras agravam o quadro. **Estima-se que cerca de 200 famílias estejam instaladas ilegalmente na Gleba B, sendo que aproximadamente 70% dessa área já se encontra desmatada**⁶. Essas ocupações são estimuladas por promessas de terras feitas por agentes econômicos e políticos locais, interessados em enfraquecer a proteção territorial.

⁵ CORREA, Gabriel, 2022. Operação encontra área devastada em Terra Indígena Tenharim-Marmelos | Terras Indígenas no Brasil. Online. 13 de junho de 2022. Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/noticia/219562> [Acessado em 9 de setembro de 2025].

⁶ IONOVA, Ana, 2023. Nova fronteira agrícola na Amazônia ameaça terras protegidas. Notícias ambientais. Online. 5 de outubro de 2023. Disponível em: <https://brasil.mongabay.com/2023/10/nova-fronteira-agricola-na-amazonia-ameaca-terras-protegidas/> [Acessado em 9 de setembro de 2025].



Além de concessão de títulos de modo irregular pelo instituto ambiental do Amazonas (IPAAM).

12. Além desses vetores, grandes projetos de infraestrutura, como a Usina Hidrelétrica de Tabajara, no rio Machado (Ji-Paraná/RO), representam ameaça iminente ao território, podendo impactar áreas sagradas, locais de caça e cemitérios indígenas⁷. A própria abertura da Rodovia Transamazônica e da Rodovia Estanho, historicamente justificadas como instrumentos de “integração nacional”, constituíram e ainda constituem canais diretos de devastação, invasão e violência.
13. Outro fator de risco crescente são as queimadas e os incêndios florestais, impulsionados tanto por práticas criminosas de desmatamento quanto pela intensificação da seca na Amazônia. Relatórios recentes apontam dezenas de focos ativos de calor atingindo a Terra Indígena, especialmente na estação seca, colocando em risco não apenas a floresta, mas também a saúde e a segurança alimentar das comunidades⁸.
14. O resultado desse processo contínuo de degradação é alarmante. Até o ano 2000, não havia registros significativos de desmatamento no território. Contudo, dados do INPE e do Instituto Socioambiental indicam que, até 2024, já se acumulavam quase 4.000 hectares de áreas destruídas. **Entre 2019 e 2023, foram devastados mais de 2.300 hectares, com destaque para a Gleba B, que antes era considerada intocada e já perdeu 1.845 hectares apenas nesse período⁹.**
15. A importância ecológica da Terra Indígena Tenharim Marmelos é inquestionável. O território abriga ecossistemas raros, como os Campos Amazônicos, e espécies ameaçadas de extinção de alto valor de conservação, incluindo o boto-cor-de-rosa (*Inia geoffrensis*), a onça-pintada

⁷ MAPA DE CONFLITOS, [sem data]. RO - Luta contra UHE Tabajara é mais ampla: envolve território, autonomia e reconhecimento. Mapa de Conflitos Envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil. Online. Disponível em: <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/ro-luta-contru-uhe-tabajara-e-mais-ampla-envolve-territorio-autonomia-e-reconhecimento/> [Acessado em 9 de setembro de 2025].

⁸ TERRAS INDÍGENAS NO BRASIL. Terra Indígena Tenharim/Marmelos: área habitada por Tenharim. Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/3869>. [Acessado em 9 de setembro de 2025].

⁹ TERRAS INDÍGENAS NO BRASIL. Terra Indígena Tenharim/Marmelos: área habitada por Tenharim. Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/3869>. [Acessado em 9 de setembro de 2025].



TTERENA
Advocacia | Assessoria Jurídica



(*Panthera onca*), o macaco-aranha-de-cara-preta (*Ateles chamek*), a lontra gigante (*Pteronura brasiliensis*), o mutum-de-pescoço-branco (*Crax globulosa*) e o periquito-dourado (*Guaruba guarouba*)¹⁰. A destruição desses habitats compromete a biodiversidade regional e representa ameaça direta ao equilíbrio climático.

16. Diante desse quadro, resta evidenciada a grave violação dos direitos constitucionais dos Tenharim, que veem seu território invadido e sua cultura ameaçada, bem como a afronta às obrigações estatais previstas na Constituição Federal (arts. 231 e 232), na Convenção 169 da OIT e na Declaração da ONU sobre Direitos dos Povos Indígenas e decisões recentes da Suprema Corte brasileira.
17. Não bastasse, há evidente risco de agravamento da situação: sem medidas imediatas de proteção e desintrusão, a Gleba B, considerada reserva estratégica de caça, pesca e memória cultural dos Tenharim, poderá sofrer danos irreversíveis, comprometendo não apenas a sobrevivência física e cultural do povo, mas também a preservação da Amazônia em uma de suas áreas mais sensíveis do chamado “Arco do Desmatamento”.
18. Diante de todo esse cenário de violações históricas e atuais, resta evidente a necessidade de tutela jurisdicional urgente para assegurar a integridade territorial e cultural do povo Tenharim. A omissão reiterada do Estado em coibir invasões, desmatamentos, mineração, exploração madeireira e outras atividades ilícitas que corroem a Terra Indígena Tenharim-Marmelos impõe o ajuizamento da presente Ação Civil Pública, com o objetivo de garantir **a desintrusão imediata e definitiva da área**, prevenir novas ocupações ilegais, assegurar a proteção ambiental e cultural do território, além de reparar os danos coletivos e ambientais causados. Trata-se de medida indispensável não apenas para a sobrevivência física e cultural dos Tenharim, mas também para a preservação da Amazônia e para o cumprimento, pelo Estado brasileiro, de seus deveres constitucionais e internacionais de proteção aos povos indígenas e ao meio ambiente.

I.b) Da legitimidade da Associação do Povo Indígena Tenharim Morogitá (APITEM)

¹⁰ MUNIZ, C. & ROHE, F. 2019. Mico nigriceps (Ferrari & Lopes, 1992). Lista Vermelha de Espécies Ameaçadas da IUCN 2019: <https://doi.org/10.2305/IUCN.UK.2019-3.RLTS.T39913A17934547.en>



TTERENA
Advocacia | Assessoria Jurídica



19. A Associação do Povo Indígena Tenharim Morogitá (APITEM) possui plena legitimidade para figurar no polo ativo da presente demanda. O art. 232 da Constituição Federal estabelece que *“os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses”*. Trata-se, portanto, de norma constitucional de eficácia plena e aplicabilidade imediata, que reconhece às organizações indígenas a prerrogativa de atuar judicialmente na tutela dos direitos coletivos de seus povos.
20. O Supremo Tribunal Federal, ao apreciar a ADPF 709 (rel. Min. Luís Roberto Barroso), **reconheceu a legitimidade ativa de organização indígena** para provocar a jurisdição constitucional em defesa de direitos fundamentais de povos indígenas, aplicando diretamente o art. 232 da CF/88. No caso, a Corte admitiu a atuação da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) e referendou medidas estruturais de proteção, consolidando o entendimento de que organizações indígenas podem atuar em nome de suas comunidades sem intermediação estatal orientação compatível com a natureza coletiva e difusa dos bens jurídicos tutelados¹¹.
21. Além da previsão constitucional e da jurisprudência consolidada pelo Supremo Tribunal Federal, a **Resolução n. 454/2022 do Conselho Nacional de Justiça** reforça a legitimidade da APITEM ao estabelecer, em seu art. 3º, que *“para garantir o pleno exercício dos direitos dos povos indígenas, compete aos órgãos do Poder Judiciário”* assegurar condições para a efetividade desses direitos.
22. Esse dispositivo normativo amplia a compreensão do acesso à justiça indígena como direito fundamental, determinando que o Judiciário adote medidas para viabilizar a participação direta de organizações representativas nas demandas que envolvam a defesa de seus povos. Desse modo, a Resolução 454/2022 consolida o dever institucional de recepção das associações indígenas como sujeitos processuais ativos, reconhecendo que são essas entidades que melhor expressam a autodeterminação, a representatividade e a legitimidade democrática interna das comunidades.

¹¹ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 709/DF. Relator: Min. Luís Roberto Barroso. Julgamento em 08 jul. 2020 (medida cautelar referendada). Diário da Justiça Eletrônico, Brasília, DF, 05 ago. 2020. Disponível em: <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=754002134>. Acesso em: 23 set. 2025.



TTERENA
Advocacia | Assessoria Jurídica



23. Em especial, destaca-se o inciso VI do mesmo artigo, segundo o qual cabe ao Judiciário “*garantir a intervenção indígena nos processos que afetem seus direitos, bens ou interesses, em respeito à autonomia e à organização social do respectivo povo ou comunidade, promovendo a intimação do povo ou comunidade afetada para que manifeste eventual interesse de intervir na causa*”.
24. A leitura conjugada do art. 232 da Constituição Federal, da jurisprudência da ADPF 709 e da Resolução 454/2022 revela um quadro normativo inequívoco: **as associações indígenas são legitimadas a estar em juízo, não apenas por autorização constitucional, mas também por imposição normativa do Conselho Nacional de Justiça, que obriga o Judiciário a garantir a participação direta e autônoma dos povos e de suas organizações nos processos que lhes digam respeito**. Trata-se, portanto, de assegurar a autodeterminação dos povos indígenas como sujeito coletivo de direitos, com representatividade própria e sem dependência de intermediação estatal¹².

DA JUSTIÇA GRATUITA

25. Nos termos do art. 98 do Código de Processo Civil, a pessoa jurídica com insuficiência de recursos para pagar as custas, despesas processuais e honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça. Esse dispositivo assegura que ninguém seja impedido de buscar o Judiciário por falta de recursos, devendo o benefício ser concedido sempre que comprovada a insuficiência financeira da parte.
26. No caso, a parte autora é uma **associação indígena sem fins lucrativos**, cuja atuação visa à proteção de direitos coletivos de sua comunidade. Seus recursos financeiros são limitados e integralmente destinados às finalidades institucionais, não havendo disponibilidade para arcar com custas processuais sem prejuízo de suas atividades essenciais. Assim, o pagamento de custas e despesas judiciais representaria ônus excessivo, comprometendo a continuidade de sua missão estatutária.

¹² BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Resolução nº 454, de 22 de abril de 2022. Dispõe sobre o respeito aos direitos dos povos indígenas no âmbito do Poder Judiciário. Diário da Justiça Eletrônico, Brasília, DF, 25 abr. 2022. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/atos-normativos?documento=4936>. Acesso em: 23 set. 2025.



TTERENA
Advocacia | Assessoria Jurídica



27. Ademais, tratando-se de ação civil pública proposta em defesa do interesse coletivo, o pedido de justiça gratuita mostra-se plenamente compatível com a natureza da demanda e com a condição de entidade sem fins lucrativos da parte autora. A própria legislação das ações coletivas reflete essa preocupação: o art. 18 da Lei nº 7.347/85, por exemplo, dispensa os autores da ação civil pública do adiantamento de custas, emolumentos, honorários periciais e quaisquer outras despesas.
28. Isso evidencia que os legitimados à tutela de direitos difusos e coletivos não devem ter seu acesso à Justiça obstado por limitações financeiras, o que incentiva a atuação de associações na defesa do interesse público.

DO LITÍGIO ESTRUTURAL

29. Em razão da natureza e gravidade dos fatos narrados, a presente demanda configura um típico litígio estrutural. Doutrinadores brasileiros de destaque, a exemplo de Daniel Sarmiento, Edilson Vitorelli e Matheus Cassimiro, têm explorado o conceito de litígios estruturais, caracterizando-os como casos de violação complexa e contínua de direitos fundamentais, nos quais o Judiciário é chamado a intervir de modo atípico para promover a efetiva reorganização de políticas públicas omissas.
30. Nesses litígios, diferentemente das demandas tradicionais bipolares, busca-se não apenas a reparação pontual de um ilícito, mas sim a superação de uma situação inconstitucional mais ampla e enraizada, mediante decisões que envolvem múltiplos atores e exigem soluções coordenadas e permanentes na esfera administrativa e institucional.
31. Conforme salienta Carlos Alexandre de Azevedo Campos, trata-se de hipóteses em que há “quadro insuportável de violação massiva de direitos fundamentais, decorrente de atos comissivos e omissivos de diferentes autoridades, agravado pela inércia continuada dessas mesmas autoridades, de modo que apenas transformações estruturais da atuação do Poder Público podem modificar a situação inconstitucional



TTERENA
Advocacia | Assessoria Jurídica



32. Em suma, o litígio estrutural volta-se a corrigir **falhas sistêmicas** na atuação estatal, assegurando a concreta tutela de direitos que vêm sendo negligenciados de forma difusa e prolongada.
33. A jurisprudência pátria inclusive em ressonância com a experiência de outros países – delineou critérios objetivos para identificar litígios de natureza estrutural. Dentre esses vetores destacam-se:
- (i) a existência de **violações graves, abrangentes e persistentes** a direitos fundamentais, atingindo um número significativo de pessoas (p. ex., coletividades ou grupos vulneráveis);
 - (ii) a **omissão prolongada** ou falha reiterada do Poder Público em cumprir seus deveres constitucionais quanto à proteção daqueles direitos, consolidando um estado de inércia;
 - (iii) a **ineficácia de soluções pontuais ou tradicionais** – isto é, remédios jurídicos individuais revelam-se incapazes de cessar a violação sistemática em curso;
 - (iv) a consequente **necessidade de uma reorganização institucional** ou de **atuação coordenada de múltiplos órgãos estatais** para que se alcance uma solução efetiva e duradoura
34. Aplicando esses critérios ao caso concreto da Terra Indígena Tenharim Marmelos (Gleba B), evidencia-se de plano a natureza estrutural do litígio. Os fatos indicam uma situação de violações múltiplas e contínuas de preceitos constitucionais, marcada por invasões ilegais, desmatamento desenfreado e grave omissão do Estado no dever de proteger a terra indígena.
35. Há mais de uma **década** as comunidades Tenharim denunciam a pressão de invasores e grileiros sobre seu território, já em 2009-2011 observou-se o recrudesimento das ameaças e ocupações ilícitas na região, sem que as autoridades públicas tenham logrado implementar uma resposta efetiva e permanente. Essa longa inação estatal permitiu o aprofundamento do dano ambiental e das violações aos direitos dos povos originários. O quadro atual é de devastação



TTERENA
Advocacia | Assessoria Jurídica



alarmante: a TI Tenharim Marmelos (Gleba B) figura entre as terras indígenas mais desmatadas do país

36. Trata-se, portanto, de uma violação complexa, difusa e persistente de diversos direitos constitucionais – incluindo os direitos dos povos indígenas à posse de suas terras tradicionalmente ocupadas (CF, art. 231), o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado (art. 225, caput) e o direito à segurança e saúde das comunidades locais, cujo enfrentamento não se resolve com ordens judiciais isoladas ou medidas temporárias.
37. Ao revés, a cessação desse estado de coisas inconstitucional exige a adoção de medidas estruturantes e contínuas, tais como a execução de um plano de desintrusão interministerial com a participação dos órgãos competentes (Funai, Ibama, Polícia Federal, Estado do Amazonas etc.), a execução de um plano integrado de proteção territorial e ações coordenadas entre União, Estado e municípios, sob monitoramento judicial, de maneira a remover os invasores, restaurar a integridade do território indígena e prevenir novas violações.
38. O princípio da separação de Poderes não constitui óbice à tutela jurisdicional efetiva de direitos fundamentais quando as instâncias políticas se mostram inertes ou incapazes de fazê-lo. Nesse sentido, o próprio STF possui precedentes marcantes de intervenção estrutural visando suprir omissões estatais em matéria socioambiental.
39. exemplificativamente, na ADPF 708 (Caso “Fundo Clima”), o Supremo reconheceu a omissão do Poder Executivo Federal no funcionamento do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima e determinou, em decisão plenária, a obrigatoriedade de pleno funcionamento do fundo, vedando o contingenciamento de seus recursos e assegurando a destinação anual das verbas às políticas climáticas.
40. Diante do exposto, resta evidenciado que a presente ação civil pública possui natureza estrutural, voltando-se a debelar um cenário continuado de violações complexas que não será resolvido por meras ordens individuais. Assim, mostra-se juridicamente adequada e necessária a formulação de pedidos estruturantes.



TTERENA
Advocacia | Assessoria Jurídica



III. DA RESPONSABILIDADE CIVIL, AMBIENTAL E CLIMÁTICA

41. A Constituição Federal de 1988 assegura a todos o direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado e ao sistema climático estável (art. 225), impondo ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. O § 3º do mesmo artigo estabelece que condutas e atividades lesivas ao meio ambiente sujeitam os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados. Essa obrigação de reparação é reforçada pelo artigo 14, § 1º, da Lei nº 6.938/81, que institui a Política Nacional do Meio Ambiente, ao prever a responsabilidade civil objetiva do poluidor, bastando a comprovação do dano e do nexo causal, segundo a teoria do risco integral.
42. O desmatamento é amplamente reconhecido como um fator determinante na intensificação das mudanças climáticas globais. Segundo o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), as alterações no uso da terra categoria que inclui o desmatamento são responsáveis por cerca de um quarto das emissões antropogênicas de gases de efeito estufa, sobretudo em razão do dióxido de carbono liberado pela perda de florestas. A remoção e a queima da vegetação nativa não apenas liberam grandes volumes de CO₂, como também reduzem a capacidade dos ecossistemas atuarem como sumidouros naturais de carbono, agravando o efeito estufa e contribuindo diretamente para o aumento da temperatura média global¹³.
43. A supressão ilegal de florestas, somada à prática de queimadas e à degradação ambiental decorrente da ocupação irregular de áreas protegidas, reduz drasticamente a capacidade dos ecossistemas atuarem como sumidouros naturais de carbono. Ao eliminar a vegetação nativa, interrompe-se o processo de sequestro e estocagem de CO₂, ao mesmo tempo em que se lança à atmosfera volumes expressivos de gases de efeito estufa, potencializando a elevação da temperatura média global.
44. No caso brasileiro, o nexo entre desmatamento e mudança do clima assume contornos ainda mais evidentes. Dados técnicos do Sistema de Estimativa de Emissões de Gases de Efeito Estufa

¹³ INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE (IPCC). Climate Change and Land: Special Report. Genebra: IPCC, 2019. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/srccl/>. Acesso em: 7 out. 2025.



TTERENA
Advocacia | Assessoria Jurídica



- (SEEG) indicam que, apenas no ano de 2020, as mudanças no uso da terra das quais o desmatamento é o fator predominante responderam por aproximadamente 46% do total de emissões nacionais¹⁴. Em 2023, essa tendência manteve-se: mais de 50% das emissões brasileiras decorreram do desmatamento e de atividades agropecuárias diretamente associadas à expansão da fronteira agrícola¹⁵.
45. Diante de tais evidências, é inequívoco que a contenção do desmatamento constitui medida indispensável para o cumprimento das obrigações climáticas assumidas pelo Brasil no plano internacional. O Acordo de Paris, ratificado por meio do Decreto nº 9.073/2017, estabelece como meta global limitar o aumento da temperatura média mundial a níveis “bem abaixo de 2°C” em relação aos patamares pré-industriais, impondo aos Estados signatários o dever de implementar suas Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs)¹⁶.
46. Assim posto, destaca-se que o Brasil assumiu o compromisso referente sua NDC vigente, que prevê a redução das emissões de gases de efeito estufa em 48% até 2025 e 53% até 2030, tomando como referência os níveis de 2005⁵. Além disso, o próprio Acordo impõe aos países o dever de conservar e fortalecer os sumidouros e reservatórios de carbono, com destaque para a necessidade de adotar medidas eficazes de combate ao desmatamento e à degradação florestal¹⁷.
47. Ademais, cumpre destacar que o **Supremo Tribunal Federal, no julgamento da ADPF nº 708/DF**, reconheceu que o Acordo de Paris possui natureza de tratado de direitos humanos, dotado de status supralegal. Assim, todas as políticas públicas, inclusive omissões administrativas, devem observar os compromissos de mitigação climática nele previstos, sob

¹⁴ SEEG – SISTEMA DE ESTIMATIVA DE EMISSÕES DE GASES DE EFEITO ESTUFA. Emissões do Brasil 2020: Mudança de Uso da Terra. Observatório do Clima, 2021. Disponível em: <https://seeg.eco.br/>. Acesso em: 7 out. 2025.

¹⁵ FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Emissões brasileiras de gases de efeito estufa em 2023. In: Portal InVivo, 2024. Disponível em: <https://invivo.fiocruz.br/>. Acesso em: 7 out. 2025.

¹⁶ BRASIL. Decreto nº 9.073, de 5 de junho de 2017. Promulga o Acordo de Paris sob a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 6 jun. 2017.

¹⁷ BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) – Atualização 2022. Brasília: MMA, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br>. Acesso em: 7 out. 2025.

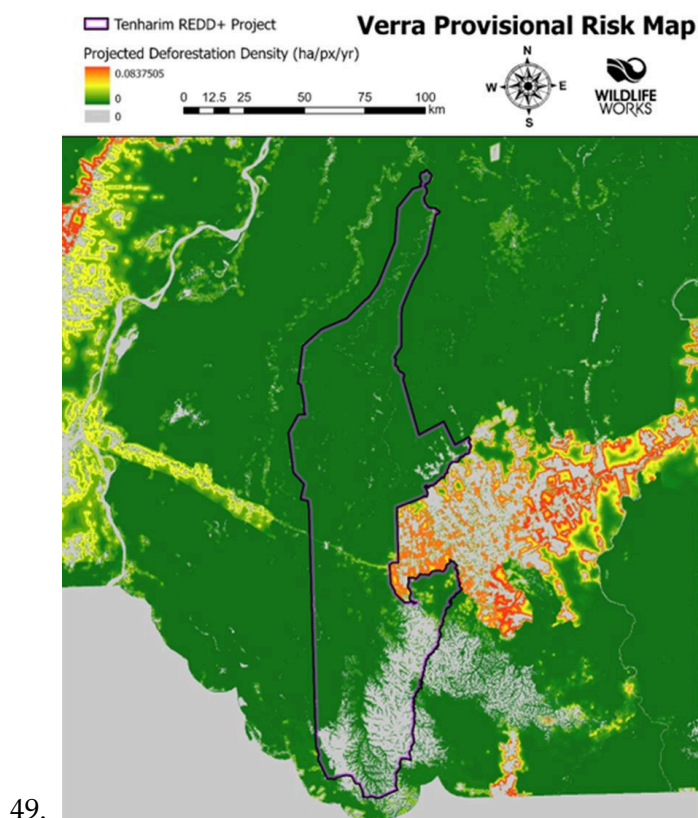


TERA
Advocacia | Assessoria Jurídica



pena de violação constitucional e internacional. Dessa forma, a falha em impedir o desmatamento e a degradação ambiental na Terra Indígena Tenharim Marmelos revela-se incompatível com o Acordo de Paris e com a Constituição Federal.

48. No caso da Terra Indígena Tenharim Marmelos, a degradação ambiental evidencia a necessidade de aplicação dessa responsabilidade civil e ambiental de forma ampla, incluindo a dimensão climática. A Gleba B da terra indígena vem sendo alvo de invasões sistemáticas, desmatamento, garimpo ilegal e abertura de pastagens, **resultando em quase quatro mil hectares de floresta destruídos até 2024¹⁸**, com emissões estimadas em milhões de toneladas de CO₂, perda de biodiversidade e alteração do regime hídrico.



50. Conforme mencionamos inicialmente os impactos referentes ao desmatamento na terra indígena tenharim tem dimensões climáticas que devem ser observadas ao julgamento desta lide. Diante disso, ressaltamos que o Conselho Nacional de Justiça por meio da resolução

¹⁸ TERRAS INDÍGENAS NO BRASIL. Terra Indígena Tenharim Marmelos (Gleba B). Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/4303>. Acesso em: 7 out. 2025.



TERENA
Advocacia | Assessoria Jurídica



RESOLUÇÃO Nº 433, DE 27 DE OUTUBRO DE 2021 instituiu a Política Nacional do Poder Judiciário para o Meio Ambiente.

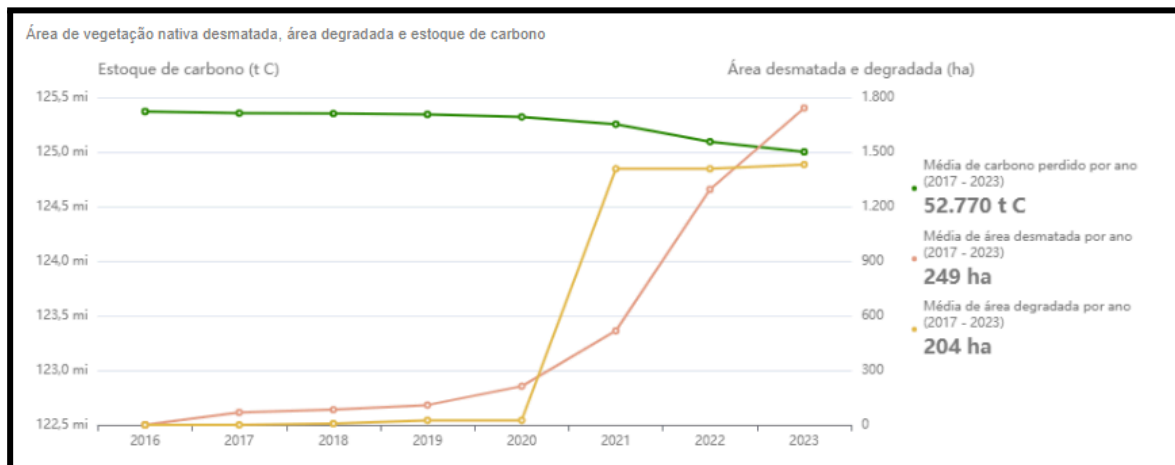
51. Esse instrumento fixou atribuições importantes ao poder judiciário brasileiro referentes a julgamentos com impactos ambientais e climáticos, o texto preceitua em seu art. 14 prevê: *“Na condenação por dano ambiental, o(a) magistrado(a) deverá considerar, entre outros parâmetros, o impacto desse dano na mudança climática global, os danos difusos a povos e comunidades atingidos e o efeito dissuasório às externalidades ambientais causadas pela atividade poluidora”*¹⁹.
52. Ademais, destaca-se a Recomendação nº 156/2024 do Conselho Nacional de Justiça, que, por meio do *Protocolo para Julgamento de Ações Ambientais*, define parâmetros para mensurar os danos climáticos decorrentes do desmatamento e de incêndios florestais. Tais critérios foram utilizados na presente ação para embasar a análise do dano climático causado na Terra Indígena Tenharim Marmelos (Gleba B), assegurando maior precisão e coerência na valoração dos prejuízos ambientais.
53. Dados coletados e sistematizados pela Plataforma CCAL²⁰, ferramenta técnico-científica desenvolvida pelo Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), permitem identificar a evolução da área de vegetação nativa desmatada, degradada e o correspondente estoque de carbono na Terra Indígena Tenharim Marmelos e Tenharim Marmelos (Gleba B), no período compreendido entre 2016 e 2023.

¹⁹ BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Resolução nº 433, de 28 de junho de 2021. Dispõe sobre a instituição da Política Nacional do Poder Judiciário para o Meio Ambiente. Diário da Justiça Eletrônico, Brasília, DF, 29 jun. 2021. Art. 14. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3939>. Acesso em: 24 out. 2025.

²⁰ A plataforma tem por finalidade gerar estimativas sobre as emissões de gases de efeito estufa decorrentes das mudanças de uso e cobertura da terra, utilizando metodologia científica consolidada e dados provenientes de fontes oficiais de monitoramento ambiental. Ressalta-se que a CCAL não se destina ao cálculo de créditos de carbono nem à produção de laudos periciais definitivos, sendo instrumento técnico de caráter estimativo, cujo uso adequado requer interpretação técnica especializada.



TTERENA
Advocacia | Assessoria Jurídica



(CARBONCAL. Plataforma CCAL. Disponível em: <https://carboncal.org.br/pt/platform>. Acesso em: 7 out. 2025)

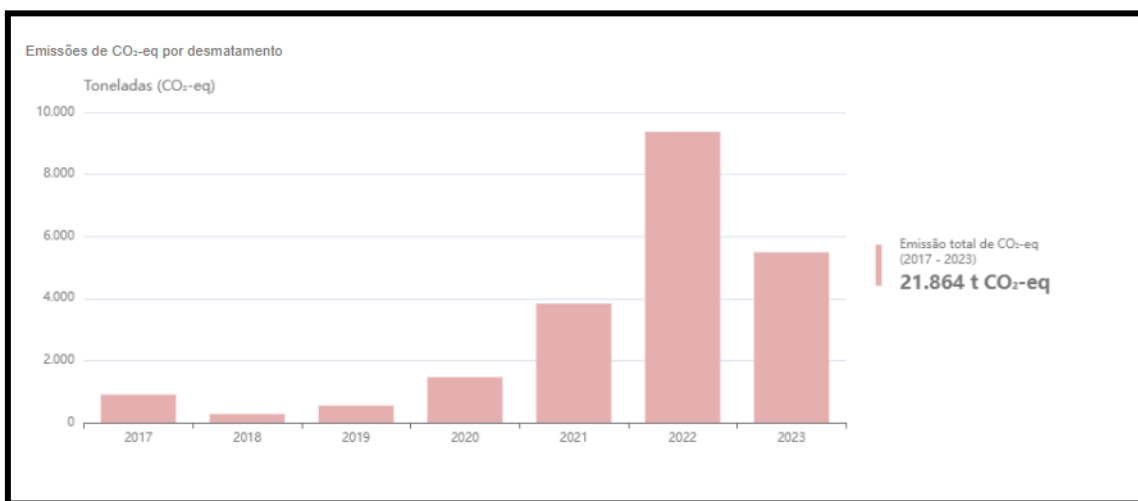
54. Conforme os dados apresentados acima, o estoque de carbono da vegetação nativa apresentou redução gradual ao longo do período analisado, acompanhando de forma simultânea, mas não coincidente, o avanço do desmatamento e da degradação. Nota-se, **um aumento substancial do desmatamento a partir de 2020**, com picos entre 2021 e 2023. Essas alterações resultaram na perda média anual de **52.770 toneladas de carbono**, associada a **249 hectares desmatados** e **204 hectares degradados por ano**, evidenciando a redução da capacidade de estoque de carbono e a intensificação da pressão humana sobre os ecossistemas locais²¹.
55. Ademais, a ferramenta evidencia a forma na qual as emissões de dióxido de carbono equivalente (CO₂-eq) decorrentes do desmatamento acompanham a mesma tendência de crescimento. A partir da leitura do gráfico abaixo, é possível inferir que as emissões aumentaram progressivamente, alcançando o pico em 2022, com mais de **9.000 toneladas de CO₂-eq**, e mantendo-se elevadas em 2023. O total acumulado de **21.864 toneladas de CO₂-eq** no período de 2017 a 2023 evidencia o efeito diretamente proporcional, a medida em que ocorre o aumento da supressão de vegetação sobre o balanço de gases de efeito estufa, auferindo-se o agravamento das alterações climáticas²².

²¹ CARBONCAL. Plataforma CarbonCal. Disponível em: <https://carboncal.org.br/pt/platform>. Acesso em: 6 out. 2025.

²² CARBONCAL. Plataforma CarbonCal. Disponível em: <https://carboncal.org.br/pt/platform>. Acesso em: 6 out. 2025.



TTERENA
Advocacia | Assessoria Jurídica



(CARBONCAL. *Plataforma CCAL*. Disponível em: <https://carboncal.org.br/pt/platform>. Acesso em: 7 out. 2025)

56. A partir do pressuposto de um aumento contínuo da intensificação dos danos ambientais de origem antrópica na terras tenharim, impõe-se o reconhecimento da existência do dano climático decorrente de condutas pretéritas à presente postulação, e da elegibilidade dos mesmos fatores como potenciais indutores de danos futuros e irreversíveis.
57. Sob a perspectiva da constatação fática, é possível reconhecer que as mudanças climáticas atingiram níveis sem precedentes. O ano de 2024 registrou temperaturas globais recordes, superando inclusive o notável calor de 2023. Foi também o primeiro ano com temperatura média global claramente superior a 1,5 °C acima do nível pré-industrial, limite fixado pelo Acordo de Paris para conter os riscos e impactos mais severos das mudanças climáticas²³. Diversos recordes foram quebrados, desde os níveis de gases de efeito estufa até as temperaturas do ar e da superfície dos oceanos, resultando em eventos extremos cada vez mais frequentes, como inundações, ondas de calor e incêndios florestais. Esses dados evidenciam o acelerado agravamento das alterações climáticas induzidas pela ação humana.
58. Este agravamento do aquecimento global manifesta-se de forma particularmente intensa na Amazônia, onde a temperatura média aumentou cerca de 0,21 °C por década desde os anos

²³ COPERNICUS. *Global Climate Highlights 2024*. Disponível em: <https://climate.copernicus.eu/global-climate-highlights-2024>. Acesso em: 8 out. 2025.



TTERENA
Advocacia | Assessoria Jurídica



1980, um acréscimo aproximado de 2 °C em apenas uma geração²⁴. Tal aquecimento não se manifesta de forma homogênea, mas concentra-se sobretudo no chamado “arco do desmatamento”²⁵, área de maior supressão da vegetação nativa²⁶. Este cenário evidencia um quadro alarmante que demanda resposta estatal imediata e eficaz para mitigação e adaptação aos impactos climáticos.

59. Precedentes do Supremo Tribunal Federal reforçam esse entendimento, vinculando a proteção das terras indígenas à tutela climática e à responsabilidade estatal. Na ADPF 760/DF, a Corte reconheceu a omissão inconstitucional no combate ao desmatamento da Amazônia e determinou a reativação do Fundo Amazônia e a retomada de planos de prevenção, ressaltando que a preservação da floresta é essencial não apenas para a sobrevivência dos povos indígenas, mas também para a manutenção do equilíbrio climático global.
60. De forma semelhante, na ADPF 709/DF, o STF determinou a implementação de barreiras sanitárias e medidas de fiscalização para impedir invasões em terras indígenas, reforçando o dever estatal de agir com máxima diligência para proteger o meio ambiente e mitigar riscos climáticos. Ainda, no RE 1.017.365, o Tribunal afastou a tese do marco temporal, reafirmando que a proteção das terras tradicionalmente ocupadas é fundamental para a efetividade de direitos fundamentais ambientais e culturais, bem como para a estabilidade climática, demonstrando a conexão direta entre responsabilidade civil e proteção climática.
61. A aplicação da responsabilidade civil ambiental e climática ao caso Tenharim exige, portanto, não apenas a recomposição integral da floresta e a cessação das atividades ilícitas, mas também indenização por danos morais coletivos e climáticos, considerando os impactos à identidade cultural, à espiritualidade e à sobrevivência física do povo.

²⁴ Agência Pública. Temperatura na Amazônia: aumento de 3,3 °C em áreas preservadas. Disponível em: <https://apublica.org/2025/10/temperatura-na-amazonia-aumento-de-3-3-c-em-areas-preservadas/>. Acesso em: 8 out. 2025.

²⁵ O Arco do Desmatamento compreende a uma região onde concentram-se os maiores índices de desmatamento da Amazônia. O território possui grande área, somando cerca de 500 mil km², e se estende do Maranhão ao sul do Pará, passando por Mato Grosso, Rondônia e Acre, englobando 256 municípios.

²⁶ Agência Pública. Temperatura na Amazônia: aumento de 3,3 °C em áreas preservadas. Disponível em: <https://apublica.org/2025/10/temperatura-na-amazonia-aumento-de-3-3-c-em-areas-preservadas/>. Acesso em: 8 out. 2025.



TTERENA
Advocacia | Assessoria Jurídica



62. A reparação deve contemplar a restauração das áreas degradadas, garantindo a manutenção dos serviços ecossistêmicos que regulam o clima; a remoção definitiva de invasores; a implementação de planos permanentes de fiscalização territorial; e a adoção de medidas de mitigação e adaptação climática, como reflorestamento e recuperação de rios e solos degradados. Essas medidas traduzem o dever civil de reparar não apenas o dano ambiental local, mas também os efeitos climáticos globais decorrentes do desmatamento, consolidando a natureza integral da responsabilidade civil ambiental e climática.
63. A degradação da Terra Indígena Tenharim compromete diretamente a base material e cultural da vida indígena, evidenciando a indissociabilidade entre proteção ambiental, proteção climática e garantia de direitos fundamentais. A destruição desses recursos configura violação aos direitos fundamentais à vida digna, à identidade cultural e ao usufruto exclusivo das terras tradicionalmente ocupadas, nos termos do art. 231 da Constituição. Assim, a reparação deve assegurar restauração ambiental compatível com a continuidade das práticas culturais e climáticas do povo Tenharim, reafirmando a relação entre proteção ambiental e responsabilidade civil e climática.
64. O Supremo Tribunal Federal tem firmado sólida orientação no sentido de que a proteção das terras tradicionalmente ocupadas pelos povos indígenas é condição essencial para a preservação do meio ambiente e para a efetividade dos direitos fundamentais previstos nos arts. 231 e 225 da Constituição Federal. No **Recurso Extraordinário n. 1.017.365** (Tema 1.031 da Repercussão Geral, julgado em 21.9.2023), o Plenário afastou a aplicação da tese do marco temporal, assentando que *“os direitos territoriais indígenas são de natureza originária, não se submetendo a limitações decorrentes da data da promulgação da Constituição de 1988, devendo o Estado assegurar a demarcação e proteção das áreas tradicionalmente ocupadas”*²⁷. Essa decisão, de repercussão geral, reforça que a demarcação independe da presença física em 5 de outubro de 1988, reconhecendo a posse imemorial como fundamento jurídico autônomo.

²⁷ STF – Supremo Tribunal Federal. RE 1017365. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5109720> . Acesso em 23 set. 2025.



TTERENA
Advocacia | Assessoria Jurídica



65. No mesmo sentido de proteção ativa, a **Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental n. 709/DF** (medida cautelar referendada em 05.8.2020), ajuizada para garantir a integridade de povos indígenas em isolamento ou de recente contato durante a pandemia de Covid-19, determinou que a União adotasse medidas de barreira sanitária e de fiscalização ambiental, com o objetivo de impedir invasões, garimpo e desmatamento em terras indígenas. O relator destacou que *“a omissão estatal coloca em risco não apenas a saúde das comunidades, mas a própria integridade física e cultural dos povos, bem como o equilíbrio ecológico das áreas que habitam”*²⁸.
66. Na **ADPF 760/DF**, julgada conjuntamente com a **ADO 54/DF** em 01.7.2022, o Tribunal reconheceu *“a omissão inconstitucional do Poder Público federal no combate ao desmatamento da Amazônia Legal”*, determinando a reativação do Fundo Amazônia, a retomada de planos de prevenção e a adoção de medidas administrativas concretas para conter a degradação ambiental. Conforme registrado no voto vencedor, *“a preservação da Amazônia é condição para a sobrevivência dos povos indígenas e para a manutenção do clima global, impondo ao Estado o dever de agir com a máxima diligência”*²⁹.
67. Mais recentemente, a **ADPF 743/DF** (decisão cautelar em 25.4.2025) reforçou o poder-dever do Estado de coibir práticas de devastação ambiental, ao determinar a possibilidade de desapropriação de imóveis rurais *“onde se verifique a ocorrência de desmatamento ilegal ou incêndio criminoso”*, bem como a suspensão de processos de regularização fundiária nessas áreas, reconhecendo que *“não se pode premiar quem promove a destruição da floresta, sob pena de se legitimar a economia do ilícito”*.
68. Esses precedentes demonstram que o STF entende ser indissociável a proteção do território indígena e a defesa do meio ambiente, impondo ao Poder Público o dever de adotar medidas efetivas para impedir o avanço do desmatamento, combater o garimpo ilegal e garantir a integridade física e cultural dos povos originários.

²⁸ SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **ADPF 709 / Medida Cautelar**. Detalhe do processo. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5952986>. Acesso em: 23 set. 2025.

²⁹ SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **ADPF 709 / Medida Cautelar**. Detalhe do processo. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5757017>. Acesso em: 23 set. 2025.



TTERENA
Advocacia | Assessoria Jurídica



IV. DA RESPONSABILIDADE CLIMÁTICA

69. A partir do pressuposto de um aumento contínuo da intensificação dos danos ambientais de origem antrópica na terras tenharim, impõe-se o reconhecimento da existência do dano climático decorrente de condutas pretéritas à presente postulação, e da elegibilidade dos mesmos fatores como potenciais indutores de danos futuros e irreversíveis. Conforme sustenta Rafaela Rosa, doutora em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), o dano climático representa uma nova categoria de responsabilização civil, voltada a abarcar os impactos difusos, cumulativos e intergeracionais decorrentes da crise climática, que não se esgotam nas perdas materiais imediatas, mas alcançam dimensões sociais, ambientais e morais que exigem uma resposta jurídica adequada³⁰.
70. Sob a perspectiva da constatação fática, é possível reconhecer que as mudanças climáticas atingiram níveis sem precedentes. O ano de 2024 registrou temperaturas globais recordes, superando inclusive o notável calor de 2023. Foi também o primeiro ano com temperatura média global claramente superior a 1,5 °C acima do nível pré-industrial, limite fixado pelo Acordo de Paris³¹ para conter os riscos e impactos mais severos das mudanças climáticas³². De acordo com o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas³³, a concentração de gases de efeito estufa na atmosfera, as temperaturas médias do ar e da superfície dos oceanos alcançaram valores sem precedentes na era moderna, resultando em eventos extremos cada vez

³⁰ ROSA, Rafaela Rocha. Dano Climático: Conceito, Pressupostos e Responsabilização. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2022.

³¹ ACORDO DE PARIS. Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC). Acordo de Paris, adotado em 12 de dezembro de 2015, durante a 21ª Conferência das Partes (COP21), Paris, França. Disponível em: <https://unfccc.int/process-and-meetings/the-paris-agreement/the-paris-agreement>. Acesso em: 16 out. 2025.

³² COPERNICUS. *Global Climate Highlights 2024*. Disponível em: <https://climate.copernicus.eu/global-climate-highlights-2024>. Acesso em: 8 out. 2025.

³³ INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE (IPCC). Climate Change 2023: Synthesis Report. Contribution of Working Groups I, II and III to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. Geneva: IPCC, 2023. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/report/ar6/syr/>. Acesso em: 16 out. 2025.



mais frequentes, como inundações, ondas de calor e incêndios florestais. Esses dados evidenciam o acelerado agravamento das alterações climáticas induzidas pela ação humana.

71. Este agravamento do aquecimento global manifesta-se de forma particularmente intensa na Amazônia, onde a temperatura média aumentou cerca de 0,21 °C por década desde os anos 1980, um acréscimo aproximado de 2 °C em apenas uma geração³⁴. Tal aquecimento não se manifesta de forma homogênea, mas concentra-se sobretudo no chamado “arco do desmatamento”³⁵, área de maior supressão da vegetação nativa³⁶. Conforme alerta **Carlos Nobre**, pesquisador do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, a continuidade desse processo pode levar a região ao chamado “**ponto de não retorno**”³⁷, estágio em que o bioma deixaria de sustentar o regime de chuvas e passaria a se converter em uma savana degradada¹. Este cenário evidencia um quadro alarmante que demanda **resposta estatal imediata e eficaz** para mitigação e adaptação aos impactos climáticos. Este cenário evidencia um quadro alarmante que demanda resposta estatal imediata e eficaz para mitigação e adaptação aos impactos climáticos.
72. O Poder Judiciário brasileiro tem reconhecido a configuração de dano climático nas hipóteses de desmatamento e queimada em larga escala, por sua contribuição direta ao aumento das emissões de gases de efeito estufa (GEE) e à perda de sumidouros naturais de carbono. Em decisão paradigmática, a Justiça Federal do Amazonas, nos autos da Ação Civil Pública nº 1037196-19.2023.4.01.3200, determinou o bloqueio de R\$ 292 milhões em bens de um pecuarista

³⁴ Agência Pública. Temperatura na Amazônia: aumento de 3,3 °C em áreas preservadas. Disponível em: <https://apublica.org/2025/10/temperatura-na-amazonia-aumento-de-3-3-c-em-areas-preservedas/>. Acesso em: 8 out. 2025.

³⁵ O Arco do Desmatamento compreende a uma região onde concentram-se os maiores índices de desmatamento da Amazônia. O território possui grande área, somando cerca de 500 mil km², e se estende do Maranhão ao sul do Pará, passando por Mato Grosso, Rondônia e Acre, englobando 256 municípios.

³⁶ Agência Pública. Temperatura na Amazônia: aumento de 3,3 °C em áreas preservadas. Disponível em: <https://apublica.org/2025/10/temperatura-na-amazonia-aumento-de-3-3-c-em-areas-preservedas/>. Acesso em: 8 out. 2025.

³⁷ NOBRE, Carlos A.; LOVEJOY, Thomas E. Amazon tipping point: Last chance for action. Science Advances, v. 5, n. 12, 2019, eaaw8270. DOI: 10.1126/sciadv.aaw8270. Ver também: NOBRE, Carlos A. O futuro climático da Amazônia: Relatório de Avaliação Científica. São Paulo: INPE/INPA, 2014. Disponível em: http://www.ccst.inpe.br/wp-content/uploads/2014/09/Relatorio_Amazonia.pdf . Acesso em: 16 out. 2025.



TEREVA
Advocacia | Assessoria Jurídica



responsável pelo desmatamento e pelas queimadas de aproximadamente 5,6 mil hectares nos municípios de Boca do Acre e Lábrea, reconhecendo que a emissão estimada de 901 mil toneladas de GEE configura dano climático indenizável, com valor calculado a partir de parâmetros internacionais de precificação de carbono. A decisão, proferida em ação ajuizada pela Advocacia-Geral da União (AGU), impôs ainda a apresentação de projeto de compensação climática, com medidas de recomposição florestal e criação de sumidouros de carbono, além de restringir o acesso do infrator a financiamentos públicos e benefícios fiscais, reforçando a compreensão de que o desmatamento é causa direta de prejuízo climático e deve ensejar responsabilidade civil integral, com medidas reparatórias e preventivas voltadas à mitigação dos impactos ambientais e climáticos³⁸.

73. O tratamento jurídico da emergência climática vem ganhando centralidade nos sistemas internacionais de proteção dos direitos humanos e ambientais. No plano global, a Corte Internacional de Justiça (CIJ) foi instado por Estados-membros da ONU a emitir opinião consultiva sobre as obrigações estatais relacionadas às mudanças climáticas, reconhecendo que a omissão em adotar medidas eficazes de mitigação e adaptação pode configurar violação a normas internacionais de direitos humanos e de proteção ambiental³⁹. Essa mobilização da jurisdição internacional reforça o caráter jurídico, e não meramente político, do dever de proteção climática, situando-o no núcleo das obrigações positivas dos Estados.

74. No âmbito regional, a **Opinião Consultiva OC-32/25, da Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH)**, proferida em 29 de maio de 2025, estabeleceu um marco interpretativo sem precedentes ao reconhecer o **dano climático** como uma forma autônoma de violação de direitos humanos. Conforme registra o **§ 295**, “*para a Corte, não há dúvida de que o sistema climático global — isto é, o conjunto de componentes que interagem entre si para determinar o clima do planeta —*

³⁸ Justiça Federal determina bloqueio de R\$ 292 milhões de pecuarista para compensar desmatamento na Amazônia. G1 Política, 18 jul. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2024/07/18/justica-federal-determina-bloqueio-de-r-292-mi-de-pecuarista-para-compensar-desmatamento.ghtml>. Acesso em: 16 out. 2025.

³⁹ TRIBUNAL INTERNACIONAL DE JUSTIÇA (CIJ). *Request for an advisory opinion on the obligations of States in respect of climate change*. Submetido pela Assembleia Geral da ONU em 29 de março de 2023 (Resolução A/RES/77/276). Disponível em: <https://www.icj-cij.org>



é parte essencial do ambiente, pois dele depende o desenvolvimento harmônico de múltiplos processos fundamentais para a conservação da vida em nível global. Portanto, o impacto ao sistema climático constitui uma forma particular de dano ambiental (...)"². O § 299 complementa que “o sistema climático integra esse todo e, portanto, embora esteja inexoravelmente vinculado a outros componentes do meio ambiente, sua proteção deve ser entendida como um objetivo específico no âmbito da proteção ambiental (...)”, o que consolida a compreensão de que o dano climático exige tratamento jurídico próprio, distinto de outras formas de degradação ambiental⁴⁰.

75. Ainda segundo o § 560 da mesma Opinião Consultiva, “as autoridades competentes devem realizar o devido controle de convencionalidade com os padrões desenvolvidos pelo Tribunal em sua jurisprudência e, em particular, neste Parecer Consultivo, para assegurar uma adequada proteção dos direitos humanos”⁴. Esse entendimento reforça o dever de os Estados adequarem sua atuação administrativa e jurisdicional à jurisprudência interamericana. No plano interno, esse compromisso encontra respaldo na Recomendação CNJ nº 123/2022⁴¹, que orienta magistrados a aplicarem o controle de convencionalidade à luz da Corte IDH, e na Portaria nº 1.528/2024 do TJPA⁴², que instituiu a Unidade de Monitoramento e Fiscalização (UMF) das decisões do Sistema Interamericano de Direitos Humanos, consolidando a internalização dos parâmetros convencionais no Poder Judiciário nacional.

76. A consolidação da responsabilidade civil por dano climático também tem sido objeto de sistematização pelo Ministério Público brasileiro. A Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público de Meio Ambiente (Abrampa), em parceria com o Ministério Público Federal, lançou a cartilha “A indenização por danos climáticos nas ações civis de desmatamento ilegal”,

⁴⁰ CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS (Corte IDH). *Opinión Consultiva OC-32/25. Medio ambiente y derechos humanos en el contexto de la emergencia climática*, § 295. San José, 29 maio 2025. Disponível em: <https://www.corteidh.or.cr>

⁴¹ CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). *Recomendação nº 123, de 7 de julho de 2022*. Dispõe sobre a adoção, pelos órgãos do Poder Judiciário, do controle de convencionalidade em conformidade com a jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br>

⁴² TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ (TJPA). *Portaria nº 1.528/2024 – Gabinete da Presidência. Institui a Unidade de Monitoramento e Fiscalização (UMF) de decisões do Sistema Interamericano de Direitos Humanos no âmbito do TJPA*. Publicada em 2 abr. 2024. Disponível em: <https://www.tjpa.jus.br>



TTERENA
Advocacia | Assessoria Jurídica



que fornece diretrizes técnico-jurídicas para a quantificação e reparação do dano climático decorrente da supressão irregular de vegetação nativa. O material destaca que o desmatamento ilegal, ao liberar grandes volumes de gases de efeito estufa, contribui diretamente para o agravamento da crise climática global, razão pela qual sua responsabilização deve abranger não apenas o dano ecológico local, mas também o impacto climático difuso, de natureza transfronteiriça. Essa compreensão consolida o entendimento de que o dano climático constitui categoria autônoma de dano ambiental, cuja reparação é compatível com os deveres de prevenção e de reparação integral previstos na Constituição Federal⁴³.

V. DA RODOVIA TRANSAMAZÔNICA E O TERRITÓRIO TENHARIM

77. O caminho da morte, o trajeto da dor, uma cicatriz aberta sobre a terra, uma ferida que jamais cicatrizou. É assim que o povo Tenharim recorda a BR-230, a Transamazônica. Em sua língua, dizem: “*Pepukuhua aremokanimba’ava*”; traduzindo: “*A estrada matou o nosso povo*”. Conhecida por eles como pepukuhua, a rodovia atravessa os territórios dos povos Tenharim e Jiahui, ambos pertencentes à etnia Kagwahiva, no sul do Amazonas⁴⁴.
78. A Rodovia Transamazônica (BR-230) foi concebida no contexto do regime militar, no final da década de 1960, como parte de um plano estratégico de ocupação e integração da Amazônia. O governo via a região como uma fronteira a ser consolidada, com potencial econômico inexplorado e necessidade de presença estatal. O objetivo declarado da rodovia era integrar a Amazônia ao restante do país, promover a colonização de áreas remotas, estimular a produção agrícola e pecuária e viabilizar a exploração de recursos naturais. A construção teve início em 1970 e o primeiro trecho foi inaugurado em 1972, marcando o início de uma intervenção

⁴³ ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE MEIO AMBIENTE (ABRAMPA); MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (MPF). *A indenização por danos climáticos nas ações civis de desmatamento ilegal*. Brasília: ABRAMPA, 2024. Disponível em: <https://abrampa.org.br>. Acessado em: 18 de setembro. 2025.

⁴⁴ INFOAMAZONIA. Justiça e memória: Tenharim resgatam sua história na luta por reparação dos impactos da Transamazônica. Disponível em: <https://infoamazonia.org/2023/04/25/justica-e-memoria-tenharim-resgatam-sua-historia-na-luta-por-reparacao-dos-impactos-da-transamazonica>.



TIERENA
Advocacia | Assessoria Jurídica



profunda no território e nas vidas das populações indígenas que nele residiam, em especial o povo Tenharim⁴⁵.



(Representação gráfica do trajeto atual da Transamazônica. Imagem: DW)

79. “Quando eles passaram pelo rio Marmelos, prestaram atenção e ouviram a zoada, barulho de árvores caindo, dos tratores que faziam as derrubadas”, conta Antonio Neves, liderança política da TI Tenharim/Marmelos que ouviu a história dos mais velhos. “Eles se depararam com um maquinário que nunca haviam visto antes, nem sequer tinham ouvido falar”, lembra. “Foi assustador para eles. Foi a primeira vez que viram trator e o homem branco derrubando as árvores”, comenta⁴⁶.
80. Os tratores pertenciam à Paranapanema, uma empresa carioca de construção e mineração. Semelhante a outras grandes empreiteiras brasileiras da época, a Paranapanema era controlada por uma família, os Lacombe, que mantinham proximidade com os altos escalões do regime militar⁴⁷.

⁴⁵ ARAÚJO JUNIOR, Julio José. A rodovia Transamazônica e os indígenas tenharim: ontem e hoje. Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), 2018. Disponível em: <https://www.anpr.org.br/artigos/a-rodovia-transamazonica-e-os-indigenas-tenharim-ontem-e-hoje>. [Acessado em: 18 de setembro. 2025].

⁴⁶ ARQUIVO NACIONAL. Justiça e memória: Tenharim resgatam sua história na luta por reparação dos impactos da Transamazônica. Memórias Reveladas, 27 abr. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br/assuntos/noticias/justica-e-memoria-tenharim-resgatam-sua-historia-na-luta-por-reparacao-dos-impactos-da-transamazonica>. [Acessado em 18 setembro de 2025].

⁴⁷ PONTES JR., Felício. A ditadura militar e a Transamazônica. Universo Paulinas, 4 jan. 2021. Disponível em: <https://universo.paulinas.com.br/conteudo/a-ditadura-militar-e-a-transamazonica/1245>. [Acessado em 18 de setembro de 2025].



TTERENA
Advocacia | Assessoria Jurídica



81. A empresa não só obteve vantagens em contratos para a execução da Transamazônica, como também passou a explorar minérios dentro do território Tenharim. Nos anos 1980, uma denúncia do indigenista Egydio Schwade, baseada em relatórios do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), detalhava que, após a rodovia ser construída, a Paranapanema iniciou a extração de cassiterita nos Igarapés Preto e São Francisco, áreas tradicionalmente ocupadas pelos Tenharim, que foram forçadamente removidos⁴⁸.
82. Desde os primeiros momentos, a Transamazônica funcionou como vetor de penetração na floresta, rompendo barreiras naturais e criando corredores que facilitavam o acesso a áreas antes isoladas. A estrada permitiu a instalação de povoados, núcleos de colonização e assentamentos agrícolas ao longo de seu traçado, introduzindo a presença permanente de atividades econômicas externas. Para os Tenharim, a abertura da rodovia representou uma alteração histórica e estrutural: suas terras, até então utilizadas prioritariamente para caça, pesca, coleta de produtos florestais e preservação de sítios culturais, passaram a estar circundadas por novas rotas de contato, alterando a organização do território, o uso tradicional de recursos e a autonomia do povo.

Linha do Tempo da Construção da Transamazônica (BR-230)	
Junho de 1970	Visita do ditador Emílio Garrastazu Médici ao Nordeste do país, durante uma das piores secas da história.

⁴⁸ PONTES JR., Felício. A ditadura militar e a Transamazônica. Universo Paulinas, 4 jan. 2021. Disponível em: <https://universo.paulinas.com.br/conteudo/a-ditadura-militar-e-a-transamazonica/1245>. [Acessado em 18 de setembro de 2025].



TTERENA
Advocacia | Assessoria Jurídica



Julho de 1970	Criação do Plano de Integração Nacional (PIN) e do slogan “terra sem homens para homens sem terras”.
Agosto de 1970	Assinatura do contrato que autorizava a derrubada de árvores para abertura da estrada no meio da Amazônia.
Setembro de 1970	Início das obras da BR-230, sem nenhum laudo ambiental ou pesquisa de viabilidade econômica.
Agosto de 1972	Lançamento do primeiro trecho da obra com uma solenidade às margens do rio Xingu, em Altamira.

83. Nas décadas de 1980 e 1990, a rodovia consolidou-se como eixo de penetração econômica, estimulando a expansão da pecuária, da agricultura e da extração madeireira. A criação e ampliação de distritos agropecuários próximos ao território, como Santo Antônio do Matupi, aumentou a pressão direta sobre as Glebas A e B, transformando atividades pontuais em ocupações sistemáticas. A manutenção deficiente da estrada e a ausência de fiscalização regular permitiram que os corredores abertos pela rodovia fossem progressivamente ocupados por colonos, pecuaristas, madeireiros e garimpeiros. Para os Tenharim, esse período marcou o



TTERENA
Advocacia | Assessoria Jurídica



aumento da vulnerabilidade territorial, com restrições crescentes ao acesso a áreas tradicionais e início de alterações significativas nos modos de vida e na segurança cultural⁴⁹.

84. No início do século XXI, o efeito estruturante da BR-230 se consolidou. A rodovia facilitava não apenas o transporte e o comércio, mas também a expansão da fronteira agropecuária e extrativa. A Gleba B, destinada a uso coletivo e tradicional, começou a sofrer pressões mais intensas, com aumento das invasões e do desmatamento. A presença de rebanhos expressivos, o crescimento de núcleos agrícolas e a chegada de novos agentes econômicos tornaram permanentes os riscos sobre o território Tenharim. A estrada, ao reduzir a distância entre centros urbanos e áreas antes isoladas, ampliou o alcance das pressões, tornando-as sistêmicas e estruturais⁵⁰.
85. Nos anos 2010 e 2020, a Transamazônica consolidou seu papel como vetor histórico de vulnerabilidade. O território Tenharim continuou a ser pressionado por ocupações irregulares, expansão de pastagens e atividades extrativas. A estrada permitiu que agentes externos penetrassem cada vez mais profundamente nas áreas indígenas, ampliando os impactos socioeconômicos e ambientais. Para os Tenharim, essa realidade histórica traduz-se na perda gradual de autonomia sobre o território, restrição ao uso tradicional dos recursos, vulnerabilidade cultural e social, e exposição a riscos ambientais e econômicos intensificados pelas atividades ao longo da rodovia⁵¹.
86. A construção da BR-230, portanto, não foi apenas uma obra de infraestrutura: ela constituiu um instrumento de transformação estrutural do território amazônico, cujos efeitos sobre os Tenharim são históricos, persistentes e interligados. Desde a década de 1970, a rodovia criou

⁴⁹ INFOAMAZÔNIA. Justiça e memória: Tenharim resgatam sua história na luta por reparação dos impactos da Transamazônica. InfoAmazonia, 25 abr. 2023. Disponível em: <https://infoamazonia.org/2023/04/25/justica-e-memoria-tenharim-resgatam-sua-historia-na-luta-por-reparacao-dos-impactos-da-transamazonica/>. [Acessado em 18 de setembro de 2025].

⁵⁰ MONGABAY BRASIL. Nova fronteira agrícola na Amazônia ameaça terras protegidas. *Mongabay Brasil*, 23 out. 2023. Disponível em: <https://brasil.mongabay.com/2023/10/nova-fronteira-agricola-na-amazonia-ameaca-terras-protegidas/>. [Acessado em 18 de setembro de 2025].

⁵¹ MONGABAY BRASIL. Nova fronteira agrícola na Amazônia ameaça terras protegidas. *Mongabay Brasil*, 23 out. 2023. Disponível em: <https://brasil.mongabay.com/2023/10/nova-fronteira-agricola-na-amazonia-ameaca-terras-protegidas/>. [Acessado em 18 de setembro de 2025].



condições materiais, sociais e econômicas que explicam a vulnerabilidade do povo Tenharim, a penetração de agentes externos, a expansão da fronteira agropecuária e a pressão contínua sobre Glebas tradicionalmente preservadas. A Transamazônica moldou o contexto histórico que antecede e fundamenta os atuais conflitos territoriais e ambientais, estabelecendo um padrão de vulnerabilidade que persiste até os dias atuais e que deve ser compreendido como pano de fundo essencial para qualquer análise sobre violações, desmatamento e impactos socioambientais no território Tenharim.⁵²

III. DA AFETAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E DO EQUILÍBRIO CLIMÁTICO EM FACE DO DESMATAMENTO NO TERRITÓRIO TENHARIM

87. Busca-se evidenciar nesta demanda, ao longo da instrução processual, os múltiplos prejuízos decorrentes da construção da rodovia, cujos efeitos não se limitaram ao período de sua inauguração. Tais impactos se estenderam no tempo, afetando de forma contínua e diária os modos de vida do povo Tenharim.
88. A presente demanda não decorre de um evento isolado, mas de um processo histórico e contínuo de intervenção sobre o território Tenharim-Marmelos, cuja gênese remonta ao plano estatal de ocupação da Amazônia implementado na década de 1970. A Rodovia Transamazônica (BR-230), inaugurada em sua etapa inicial em 1972, funcionou e ainda funciona como vetor de penetração na floresta, abrindo corredores que facilitaram o ingresso permanente de madeireiros, garimpeiros, pecuaristas e agentes de grilagem⁵³.
89. O Território Indígena Tenharim-Marmelos possui área total aproximada de 974.411 hectares, dividida em Gleba A (~497.522 ha) e Gleba B (~474.742 ha). A Gleba B, formalmente

⁵² MONGABAY BRASIL. Nova fronteira agrícola na Amazônia ameaça terras protegidas. *Mongabay Brasil*, 23 out. 2023. Disponível em: <https://brasil.mongabay.com/2023/10/nova-fronteira-agricola-na-amazonia-ameaca-terras-protegidas/> [Acessado em 18 de setembro de 2025].

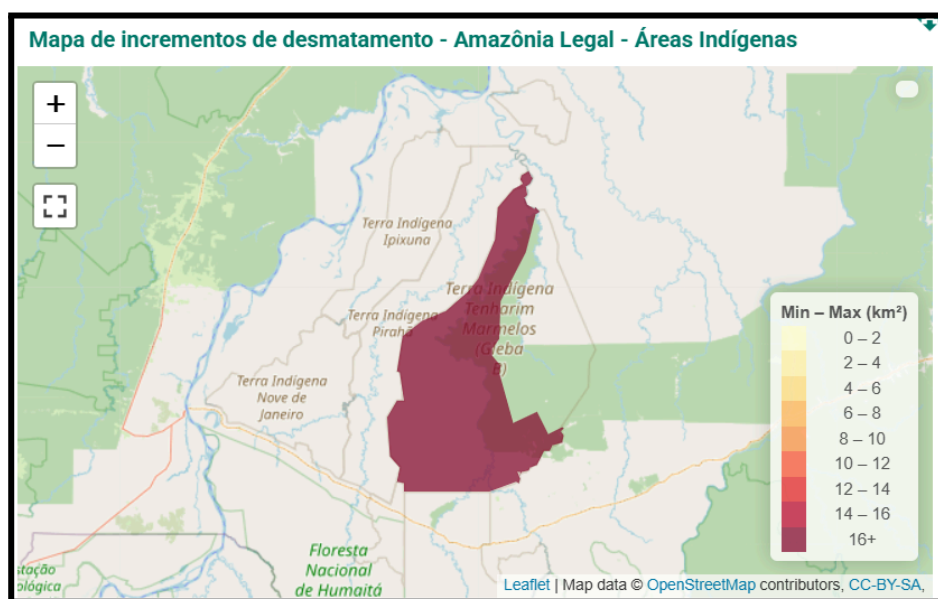
⁵³ MONGABAY BRASIL. Nova fronteira agrícola na Amazônia ameaça terras protegidas. *Mongabay Brasil*, 23 out. 2023. Disponível em: <https://brasil.mongabay.com/2023/10/nova-fronteira-agricola-na-amazonia-ameaca-terras-protegidas/> [Acessado em 18 de setembro de 2025].



TERA
Advocacia | Assessoria Jurídica



homologada, era até recentemente uma área preservada destinada ao uso tradicional (caça, pesca e memória cultural), porém passou a sofrer invasões e desmatamento organizado nas décadas subsequentes à abertura da rodovia.⁵⁴



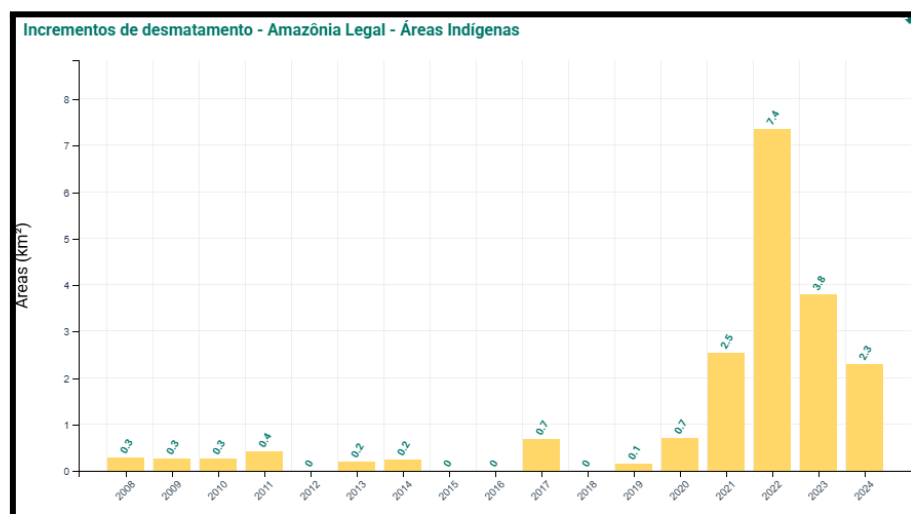
(INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL – ISA. Terra Indígena Tenharim/Marmelos. Mapa interativo. Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/3869>. Acesso em: 18 set. 2025.)

90. Os números de desmatamento corroboram o padrão causal entre abertura de vias, avanço da fronteira e perda florestal: **o território apresentou desmatamento total de 3.908 hectares até 2024, com séries anuais que mostram picos correlacionados a períodos de maior pressão econômica.** A Gleba B teve 3.643 hectares desmatados até 2023, e 49 alertas de conversão indicam ocupação de 1.845,1 hectares entre 2019 e 2023, evidenciando que a área, antes estratégica para preservação, vem sendo diretamente atingida.

⁵⁴ MONGABAY BRASIL. Nova fronteira agrícola na Amazônia ameaça terras protegidas. *Mongabay Brasil*, 23 out. 2023. Disponível em: <https://brasil.mongabay.com/2023/10/nova-fronteira-agricola-na-amazonia-ameaca-terras-protegidas/>. [Acessado em 18 de setembro de 2025].



TERRA
Advocacia | Assessoria Jurídica



(INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL – ISA. Terra Indígena Tenharim/Marmelos. Mapa interativo.

Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/3869>. Acesso em: 18 set. 2025.)

91. Essa dinâmica é consistente com a literatura sobre estradas e desmatamento na Amazônia, que indica que a maior parte da perda florestal ocorre nas proximidades de estradas e vias navegáveis. Ou seja, a abertura de uma estrada cria um corredor econômico que acelera o desflorestamento e as invasões.⁵⁵
92. O motor socioeconômico dessa pressão está documentado no distrito de Santo Antônio do Matupi (Km 180), fronteira leste do território, que se consolidou como polo pecuário e agrícola nas últimas décadas. O rebanho local cresceu expressivamente, de 12.800 cabeças em 2004 para 115.000 em 2018, expansão que estimula abertura de pastagens, loteamentos e ocupações irregulares, reforçando a correlação entre economia local e invasões⁵⁶.
93. As invasões têm objetivos econômicos claros, como extração madeireira ilegal, garimpo, abertura de pastagens e comercialização de lotes. Relatos técnicos indicam que cerca de 200

⁵⁵ MONGABAY BRASIL. Nova fronteira agrícola na Amazônia ameaça terras protegidas. *Mongabay Brasil*, 23 out. 2023. Disponível em: <https://brasil.mongabay.com/2023/10/nova-fronteira-agricola-na-amazonia-ameaca-terras-protegidas/>. [Acessado em 18 de setembro de 2025].

⁵⁶ WENZEL, J.; ISENSEE, A. Depois da madeira vem o gado: o desmatamento em Santo Antônio do Matupi. *O Eco*, 2018. Disponível em: <https://oeco.org.br/reportagens/depois-da-madeira-vem-o-gado-o-desmatamento-em-santo-antonio-do-matupi/>. [Acessado em 18 de setembro de 2025].



TTERENA
Advocacia | Assessoria Jurídica



famílias ocupam ilegalmente a parte sul da Gleba B, com elevados percentuais de desmatamento local, intensificando-se sobretudo entre 2019 e 2023⁵⁷.

94. Destaca-se a função climática estratégica desempenhada pelas florestas em pé nas terras indígenas amazônicas, responsáveis por alimentar os chamados “rios voadores”, fluxos atmosféricos de umidade que irrigam vastas regiões do país. Estudo recente de cientistas brasileiros e holandeses revelou que **80% da área coberta por lavouras e pastagens no Brasil depende das chuvas geradas nas terras indígenas da Amazônia**, cujas correntes de vapor d’água alcançam dezoito estados e o Distrito Federal, abrangendo desde o Cerrado até a Mata Atlântica. Essa dependência inclui áreas centrais do agronegócio, com destaque para estados como Paraná, Acre e Mato Grosso do Sul, onde até um quarto da precipitação anual tem origem direta nesses territórios.
95. A degradação florestal no entorno da Terra Indígena Tenharim-Marmelos, estimulada pela abertura da Transamazônica, compromete a integridade desse sistema atmosférico, reduzindo a formação de chuvas e ampliando riscos de estiagens severas em regiões agrícolas distantes⁵⁸.
96. As queimadas que atingem a Terra Indígena Tenharim-Marmelos escancaram a sobreposição de pressões ambientais e sociais que comprometem a sobrevivência física e cultural do povo Tenharim. Em apenas um mês de monitoramento, entre o início de agosto de 2019 e 16 de setembro do mesmo ano, o **Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) registrou 34 focos de calor** dentro do território, enquanto os incêndios na Amazônia brasileira, no mesmo período, queimaram área equivalente a **uma Bélgica inteira**. Durante expedição liderada por caciques, foram avistadas **paredes de fogo de até 15 quilômetros de extensão**, com chamas variando de meio metro a dois metros de altura, consumindo campos amazônicos e bolsões de cerrado que compõem a paisagem local. A destruição atingiu castanheiras, seringueiras e açaizeiros,

⁵⁷ MONGABAY BRASIL. Nova fronteira agrícola na Amazônia ameaça terras protegidas. *MongabayBrasil*, 23 out. 2023. Disponível em: <https://brasil.mongabay.com/2023/10/nova-fronteira-agricola-na-amazonia-ameaca-terras-protegidas/>. [Acessado em 18 de setembro de 2025].

⁵⁸ REVISTA PIAUÍ. 80% do agro brasileiro depende da chuva gerada pelas terras indígenas da Amazônia. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/80-do-agro-brasileiro-depende-da-chuva-gerada-pelas-terras-indigenas-da-amazonia/>. [Acessado em 25 de setembro de 2025].



TTERENA
Advocacia | Assessoria Jurídica



espécies que garantem alimento e renda, além de comprometer a nascente do rio Marmelos, onde a própria cor avermelhada da água indica o impacto da fuligem e da perda de mata ciliar. Estudos locais alertam que a diminuição da cobertura vegetal pode levar ao esgotamento de nutrientes, ao desaparecimento de peixes e, em longo prazo, à transformação dos campos em verdadeiros areais⁵⁹.

97. Esse quadro foi agravado pela **redução de 38% no efetivo da brigada de incêndio**, que passou de 29 para apenas 18 combatentes treinados pelo ICMBio, além da escassez de equipamentos e combustível. Em 2018, o desmatamento nos municípios de Humaitá e Manicoré, que abrangem a Terra Tenharim-Marmelos, somou cerca de **130 km²**, reforçando a tendência de avanço da fronteira agrícola. A terra indígena, que abriga aproximadamente **828 indígenas** em uma área de **meio milhão de hectares**, encontra-se cercada por madeireiros, grileiros e fazendeiros, situação descrita por pesquisadores como o “estrangulamento entre o arco do fogo e o arco do desmatamento”⁶⁰.
98. A fragilidade da fiscalização é evidenciada pela destruição de bases do Ibama e do ICMBio em Humaitá, queimadas em 2017, enquanto a ausência de monitoramento, desde 2013, na divisa com o distrito de Santo Antônio do Matupi facilita a extração ilegal de madeira e a expansão de atividades predatórias, reforçando a necessidade de medidas urgentes de proteção e reparação⁶¹.
99. Os impactos são imediatos e sistêmicos. Localmente, o avanço de invasores e o uso do fogo geram: expropriação de áreas de caça e pesca, perda de recursos alimentares e de renda

⁵⁹ PEDROSO, Rodrigo. Estrangulados entre o fogo e o desmatamento. *Outras Mídias / Outras Palavras*, 04 out. 2019. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/estrangulados-entre-o-fogo-e-o-desmatamento/>. Acesso em: 25 set. 2025.

⁶⁰ PEDROSO, Rodrigo. Estrangulados entre o fogo e o desmatamento. *Outras Mídias / Outras Palavras*, 04 out. 2019. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/estrangulados-entre-o-fogo-e-o-desmatamento/>. Acesso em: 25 set. 2025.

⁶¹ PEDROSO, Rodrigo. Estrangulados entre o fogo e o desmatamento. *Outras Mídias / Outras Palavras*, 04 out. 2019. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/estrangulados-entre-o-fogo-e-o-desmatamento/>. Acesso em: 25 set. 2025.



TTERENA
Advocacia | Assessoria Jurídica



tradicional, contaminação de cursos d'água por atividades de garimpo e risco à integridade física e cultural das populações. Tais fatos configuram violação dos direitos ao território, à integridade cultural e à segurança.

100. No tocante ao plano ambiental e climático, a perda é igualmente grave e quantificável. A floresta amazônica é um reservatório massivo de carbono, com estoques médios elevados por hectare. Aplicando estimativas conservadoras ao desmatamento de 3.908 hectares, calcula-se a emissão de aproximadamente 2,46 milhões de toneladas de CO₂, com intervalo possível entre 2,1 e 2,9 milhões de toneladas, representando impactos climáticos nacionais e globais relevantes⁶².
101. A repercussão climática ultrapassa as emissões diretas, a remoção e fragmentação da floresta alteram a evapotranspiração e a circulação de umidade atmosférica, reduzindo os chamados “rios voadores” e contribuindo para secas mais severas e eventos extremos em regiões distantes, com prejuízos à produção agrícola e à segurança hídrica.
102. Esse quadro ambiental interage com a saúde pública: incêndios, detectados em picos nos períodos secos, intensificam problemas respiratórios, poluição do ar e danos a cultivos e pesca, elevando a vulnerabilidade sanitária das comunidades indígenas.
103. Os dados de desmatamento e focos de calor revelam a evolução gradual da degradação ambiental na região ao longo das últimas duas décadas. Segundo o INPE (Prodes Brasil) e análise do ISA, até o ano 2000 não havia registro de desmatamento, enquanto em 2024 a área desmatada totalizou 3.908 hectares. Observa-se que o desmatamento não ocorreu de forma contínua, mas com picos esporádicos: em 2005 foram desmatados 820 hectares, em 2006 364 hectares, e em 2021 749 hectares, enquanto anos como 2011, 2015 e 2017 registraram 0 hectares. Entre 2001 e 2023, os registros anuais de desmatamento variaram de apenas 2 hectares (2001) a

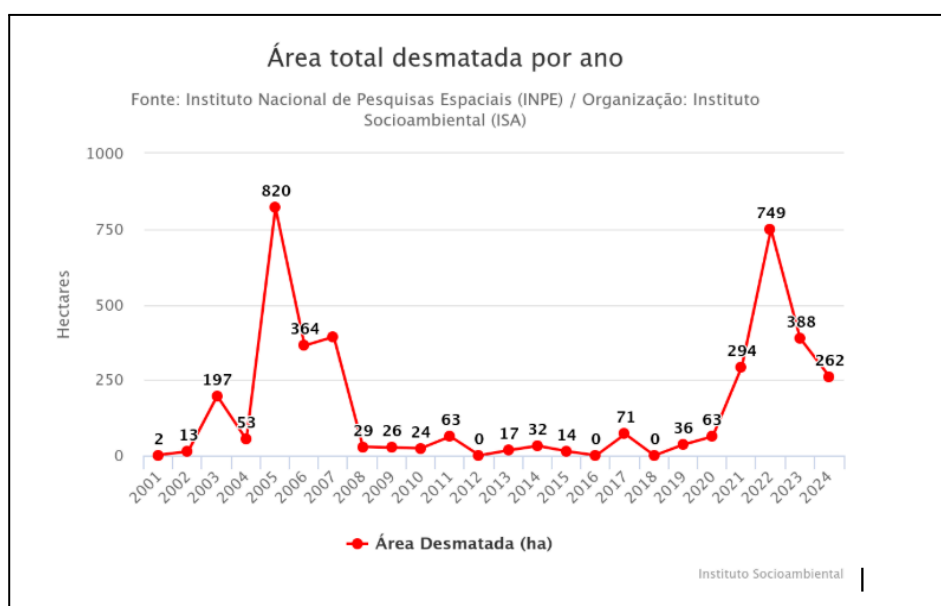
⁶² INSTITUTO DE PESQUISA AMBIENTAL DA AMAZÔNIA (IPAM). Emissão de CO₂ por queimadas na Amazônia cresce 60%. Observatório do Clima, 16 set. 2024. Disponível em: <https://www.oc.eco.br/emissao-de-co2-por-queimadas-na-amazonia-cresce-60/>. [Acessado em 18 de setembro de 2025].



TERRA
Advocacia | Assessoria Jurídica



820 hectares (2005)⁶³, refletindo a influência de atividades humanas pontuais, como corte raso, extração mineral e degradação florestal, categorizadas pela plataforma Brasil Mais como Desmatamento – Corte Raso, Extração Mineral/Garimpo, Degradação ou Degradação – Corte Seletivo.



(INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL – ISA. Terra Indígena Tenharim/Marmelos. Mapa interativo. Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/3869>. Acesso em: 18 set. 2025.)

104. O monitoramento de focos de calor nos últimos 24 meses, de agosto de 2023 a agosto de 2025, evidencia riscos contínuos à floresta, com picos que chegaram a 32 focos/mês. Entre agosto de 2023 e agosto de 2024, os focos variaram de 0 a 32, destacando agosto de 2023 com 32 registros e novembro de 2023 a julho de 2024 sem focos. Entre agosto de 2024 e agosto de 2025, os focos voltaram a se intensificar, chegando novamente a 32 em agosto de 2025. Os alertas anuais entre 2020 e 2024 reforçam essa tendência: em 2020 foram 45 alertas (3,55 km²), em 2021 162 alertas (6,62 km²), em 2022 102 alertas (7,59 km²), em 2023 60 alertas (5,03 km²) e em 2024 90 alertas (5,45 km²). Esses registros mostram que, embora a área total desmatada ainda seja

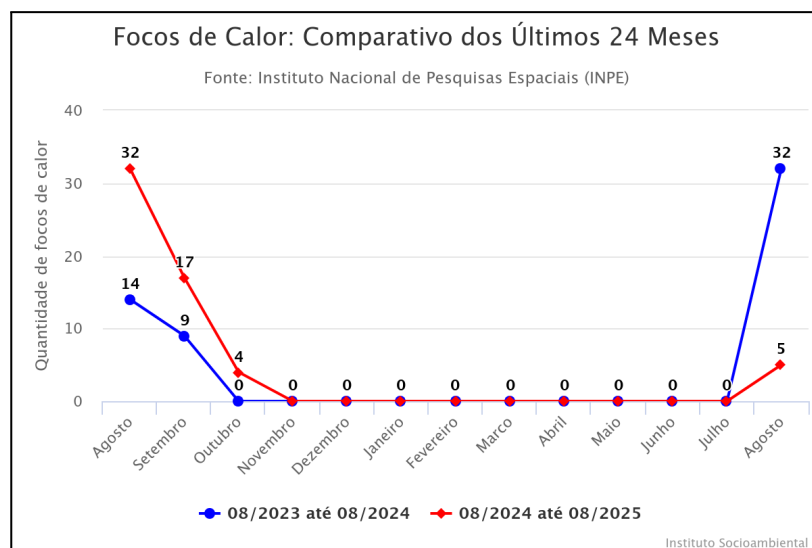
⁶³ ISA, INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, [sem data]. Terra Indígena Tenharim/Marmelos | Terras Indígenas no Brasil. Online. Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/3869>. [Acessado em 18 de setembro de 2025].



TERRA
Advocacia | Assessoria Jurídica



relativamente limitada, os impactos sobre o ecossistema local e os riscos ambientais, incluindo queimadas e degradação florestal, permanecem significativos e recorrentes⁶⁴.



(INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL – ISA. Terra Indígena Tenharim/Marmelos.

Mapa interativo. Disponível em:
<https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/3869>. Acesso em: 18 set. 2025.)

105. Em continuidade ao quadro de pressões socioambientais que se acumulam sobre o território Tenharim, a cheia excepcional do rio Madeira em 2025 repete, e em alguns pontos supera, os níveis críticos registrados na grande inundação de 2014, levando novamente o município de Humaitá a decretar **estado de emergência** diante do avanço das águas. Segundo as autoridades locais, comunidades ribeirinhas e trechos da BR-230 (Transamazônica) foram alagados, interrompendo rotas de abastecimento e agravando a insegurança alimentar e sanitária das populações indígenas.

106. Embora fenômenos climáticos extremos expliquem parte da elevação do nível do rio, estudos indicam que a degradação florestal e as alterações hidrológicas decorrentes da abertura da rodovia e da ocupação irregular do território reduzem a capacidade de retenção e drenagem natural, intensificando os impactos da cheia. A repetição do desastre, uma década após a

⁶⁴ (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL – ISA. Terra Indígena Tenharim/Marmelos. Mapa interativo. Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/3869>. Acesso em: 18 set. 2025.)



TTERENA
Advocacia | Assessoria Jurídica



enchente histórica de 2014, demonstra o **nexo causal** entre a intervenção antrópica e a amplificação de eventos extremos, reforçando, a necessidade de medidas urgentes de reparação e de prevenção para garantir a integridade territorial e cultural do povo Tenharim⁶⁵.

107. No plano jurídico-constitucional, tais fatos configuram violação direta de direitos: o direito originário às terras tradicionalmente ocupadas, garantido pelo art. 231 da Constituição Federal; o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e ao sistema climático estável, assegurado pelo art. 225; e o direito à integridade cultural e à proteção de sítios de memória e cemitérios, previsto nos arts. 215 e 216 da Constituição Federal.
108. Por fim, é imprescindível destacar a responsabilidade estatal: o padrão factual evidencia não apenas atos de terceiros, mas também omissão sistemática e falhas de fiscalização por parte da União e seus órgãos, permitindo a reprodução e consolidação das ocupações e a perpetuação dos danos. Essa omissão agrava a ilicitude e cria responsabilidade administrativa e civil, passível de tutela judicial, tanto em medidas de urgência quanto em reparação e medidas estruturais.
109. Em síntese, a construção e abertura da BR-230 desde a década de 1970 gerou perda de floresta, ocupação irregular, contaminação por garimpo, violência e risco cultural e sanitário para os Tenharim. Essa dinâmica é amplificada pela expansão agropecuária, pelo avanço de madeireiros e garimpeiros e pela intensificação de incêndios na estação seca, com consequências climáticas reais. Os fatos documentados e quantificados demonstram que as violações sofridas pelos Tenharim são simultaneamente locais, regionais e de natureza global, exigindo resposta judicial e administrativa urgente.
110. Considerando a gravidade e a persistência das invasões na Terra Indígena Tenharim Marmelos, especialmente na Gleba B, mostra-se imprescindível a realização de operação articulada e interministerial de desintrusão, nos moldes daquelas já efetivadas pelo Estado

⁶⁵ HUMAITÁ declara estado de emergência devido à cheia do rio Madeira. G1, 19 mar. 2025. Disponível em:

<https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2025/03/19/humaita-declara-estado-de-emergencia-devido-a-cheia-do-rio-madeira.ghtml>. Acesso em: 25 set. 2025



TIERENA
Advocacia | Assessoria Jurídica



brasileiro em outras terras indígenas, a exemplo das operações conduzidas nas TIs Yanomami, Munduruku, Apyterewa, Kaypó, Karipuna e Trincheira Bacajá.

111. Essas ações conjuntas, coordenadas entre os Ministérios da Justiça, dos Povos Indígenas, do Meio Ambiente e da Defesa, demonstraram eficácia na retirada de invasores, contenção de danos ambientais e recomposição da autoridade estatal em territórios tradicionais. No caso dos Tenharim, a situação atual exige resposta de igual envergadura, com planejamento interinstitucional e atuação integrada entre órgãos federais e estaduais, a fim de garantir a proteção territorial, a segurança das comunidades e o cumprimento do dever constitucional de tutela dos direitos indígenas.

VIII- DA TUTELA DE URGÊNCIA

112. A concessão de tutela antecipada de urgência encontra amparo no art. 12 da Lei da Ação Civil Pública (Lei nº 7.347/85) e, sobretudo, no art. 300 do Código de Processo Civil. Nos termos do CPC, a tutela de urgência será concedida quando presentes elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo. Esses pressupostos, *fumus boni iuris* e *periculum in mora* devem restar demonstrados de forma objetiva para autorizar a medida liminar.
113. No caso em análise, o direito invocado pela associação indígena revela-se verossímil e amparado em normas constitucionais e infraconstitucionais claras. A Constituição Federal, em seu art. 231, reconhece os direitos originários dos povos indígenas sobre as terras que tradicionalmente ocupam e impõe à União o dever de demarcá-las, protegê-las e fazer respeitar todos os seus bens, assegurando a efetividade desses direitos.
114. Do mesmo modo, o art. 225 da CF garante a todos o direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo, cabendo ao Poder Público o dever de defendê-lo e preservá-lo. Os fatos narrados (invasões massivas, desmatamento ilegal e atividades predatórias dentro da Terra Indígena Tenharim Marmelos) evidenciam grave violação desses preceitos constitucionais.



TIERENA
Advocacia | Assessoria Jurídica



115. A omissão estatal reiterada em conter tais ilícitos apesar do dever legal e constitucional de proteção reforça a probabilidade do direito alegado. Documentos e dados oficiais indicam que a Gleba B da TI Tenharim Marmelos sofre invasões recorrentes há anos, com aproximadamente 200 famílias não indígenas ocupando ilegalmente a área (cerca de 70% da gleba já desmatada).
116. Esses elementos fático-probatórios demonstram de forma robusta o *fumus boni iuris*, pois revelam violação atual de direitos assegurados pelos arts. 231 e 225 da CF e inobservância dos deveres de tutela impostergável dos bens indígenas e ambientais pela União e demais réus.
117. A urgência da tutela também se mostra evidente. Os danos socioambientais em curso são graves, continuados e de difícil reversão, de modo que a espera pelo provimento final pode resultar na inutilidade prática do processo. No presente momento, cada dia de inação equivale à progressão do desmatamento, à degradação de ecossistemas sensíveis e ao comprometimento irreversível da cultura e da subsistência do povo Tenharim.
118. Sem medidas imediatas de proteção e desintrusão, a continuidade dessas atividades ilícitas poderá causar danos irreparáveis, tornando prejudicada qualquer decisão judicial futura. Além disso, a presença de rede criminosa organizada (madeireiros, garimpeiros, grileiros) e o apoio político local às invasões sinalizam um risco concreto de agravamento rápido do quadro fático. Há, portanto, perigo de dano iminente tanto ao meio ambiente (que pode sofrer degradação permanente) quanto à própria sobrevivência física e cultural dos indígenas (ameaçada pela perda de território e recursos naturais vitais). Esse cenário satisfaz plenamente o *periculum in mora*, legitimando a atuação judicial emergencial.
119. A tutela antecipada ora requerida visa resguardar direitos fundamentais de envergadura constitucional, compatíveis com a natureza estrutural desta demanda coletiva. Trata-se, em essência, de assegurar a efetividade do art. 231 da CF (direitos dos povos indígenas sobre suas terras tradicionais) e do art. 225 da CF (direito ao meio ambiente equilibrado), frente a uma situação de omissão e falha sistemática do Poder Público.
120. Pelo exposto, restando demonstrados *prima facie* o direito invocado e o risco de dano irreparável, espera-se seja concedida a tutela antecipada, nos exatos termos acima formulados, como meio de estancar de imediato as graves violações em curso e garantir que a ação civil



pública atinja seu resultado útil em defesa da Terra Indígena Tenharim Marmelos e dos preceitos constitucionais dos arts. 231 e 225 da Carta Magna.

121. Essa providência urgente alinhar-se-á com a jurisprudência pátria no enfrentamento de omissões estatais em matéria socioambiental, resguardando a dignidade e a sobrevivência do povo indígena Tenharim, bem como o patrimônio ambiental tutelado em nome de toda a sociedade brasileira.

IV – DOS PEDIDOS

Diante de todo o exposto, requer a parte autora, com fundamento no art. 5º, inciso XXXV, da Constituição Federal, nos arts. 225, §§ 1º e 3º da Constituição, no art. 232 da CF/88, no art. 14, § 1º, da Lei nº 6.938/81, nos arts. 3º, 6º e 20 do Código de Processo Civil, na Lei nº 7.347/85, na Convenção nº 169 da OIT e no Acordo de Paris, o seguinte:

A) Medida liminar / tutela de urgência

1. A concessão de tutela provisória de urgência (art. 300 do CPC) para determinar que os réus, especialmente a União, Funai e IBAMA, apresentem, no prazo de 45 quarenta e cinco dias, plano emergencial de desintrusão da Terra Indígena Tenharim Marmelos, com detalhamento de cronograma, identificação de órgãos responsáveis, previsão de uso de força pública, e ações integradas de segurança e fiscalização territorial. Nos moldes das ações realizadas nas TIs Yanomami, Munduruku, Trancheira Bacajá e Apyterewa, com atuação coordenada entre os Ministérios da Justiça, dos Povos Indígenas, do Meio Ambiente, da Defesa e Casa Civil. Caso seja necessário determinar abertura de créditos extraordinários para os cumprimentos das medidas.
2. determine que o Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas – IPAAM informe, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de multa diária, todas as licenças, autorizações ou registros administrativos concedidos nos últimos cinco anos relativos a atividades econômicas, exploração florestal, uso do solo,



TTERENA
Advocacia | Assessoria Jurídica



requerimentos minerários, agropecuária ou regularização fundiária incidentes sobre a Terra Indígena Tenharim Marmelos, especificando: (i) número do processo; (ii) natureza da atividade licenciada; (iii) localização georreferenciada da área; e (iv) beneficiários identificados.

3. Que seja determinado à União, por meio dos Ministérios da Justiça, dos Povos Indígenas, dos Direitos Humanos e da Cidadania, bem como à FUNAI e à Polícia Federal, que adotem, de forma imediata, medidas para garantir a integridade física e a segurança das lideranças e comunidades da Terra Indígena Tenharim Marmelos, diante do contexto de invasões, conflitos fundiários e risco de retaliações durante a tramitação da presente ação.

No Mérito

4. A condenação dos réus à adoção de medidas estruturantes de governança climática local, com participação da comunidade Tenharim e dos Agentes Ambientais Indígenas, incluindo: reflorestamento, proteção de nascentes, reocupação do território após a desintrusão, zoneamento de áreas de uso tradicional e ações de mitigação e adaptação climática;
5. A anulação de todos os requerimentos e títulos administrativos de uso, exploração ou pesquisa emitidos pelo Estado do Amazonas ou por quaisquer órgãos federais sobre a Terra Indígena Tenharim Marmelos, por ausência de consulta prévia, livre e informada (Convenção 169 da OIT) e violação ao art. 231 da CF;
6. A condenação dos réus, de forma solidária, ao pagamento de indenização por dano ambiental e dano climático difuso, no valor estimado com base nas emissões causadas pelo desmatamento ilegal (tCO₂e) e no valor do custo social do carbono (CSC), a ser revertida para comunidade Tenharim.
7. Após a desintrusão seja realizado um plano de reocupação da terra indígena com participação dos entes federados.



TERENA
Advocacia | Assessoria Jurídica



8. A concessão dos benefícios da justiça gratuita à parte autora, nos termos do art. 98 do CPC, em razão de sua natureza de associação sem fins lucrativos, voltada à defesa de direitos coletivos e originários;
9. A condenação dos réus ao pagamento das custas processuais e honorários periciais, caso sejam necessários, na forma do art. 18 da Lei nº 7.347/85;
10. Requer, na hipótese de procedência total ou parcial da presente ação, a condenação dos réus ao pagamento de honorários advocatícios, nos termos do art. 85, § 3º, do CPC, a serem arbitrados com base na complexidade da causa.
11. Ao final, requer seja julgada totalmente procedente a presente ação, com a confirmação de todas as tutelas e obrigações de fazer, não fazer e indenizar aqui requeridas, com efeitos vinculantes e permanentes.

Termos em que,
pede deferimento.

Mauricio Terena
Advogado indígena
OAB/MS 24060